



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
AMBIENTAIS E FLORESTAIS

TESE

**AGRICULTURA ORGÂNICA NO DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL:
ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA
DE TERESÓPOLIS, RJ.**

DEISE KELLER CAVALCANTE

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
AMBIENTAIS E FLORESTAIS

AGRICULTURA ORGÂNICA NO DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL:
ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA
DE TERESÓPOLIS, RJ.

DEISE KELLER CAVALCANTE

Sob a Orientação do Professor
Acacio Geraldo de Carvalho

e Coorientação dos Professores
Eliane Maria Ribeiro da Silva e
Renato Linhares de Assis

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutora em**
Ciências, no Curso de Pós-Graduação
em Ciências Ambientais e Florestais,
Área de Concentração: Conservação da
Natureza.

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

C376a

CAVALCANTE, DEISE KELLER, 1964-
AGRICULTURA ORGÂNICA NO DESENVOLVIMENTO RURAL
LOCAL: ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE
TERESÓPOLIS, RJ. / DEISE KELLER CAVALCANTE. -
SEROPÉDICA - RJ, 2018.
106 f.: il.

Orientador: ACACIO GERALDO DE CARVALHO.
Coorientadora: ELIANE MARIA RIBEIRO DA SILVA.
Coorientador: RENATO LINHARES DE ASSIS.

Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
AMBIENTAIS E FLORESTAIS, 2018.

1. AGROECOLOGIA. 2. AGRICULTURA ORGÂNICA. 3.
DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL. I. CARVALHO, ACACIO
GERALDO DE, 1953-, orient. II. SILVA, ELIANE MARIA
RIBEIRO DA, 1956-, coorient. III. ASSIS, RENATO
LINHARES DE, 1963-, coorient. IV Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E FLORESTAIS. V.
Título.

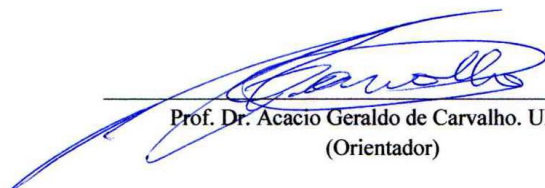
É permitida a cópia parcial ou total desta Tese de Doutorado, desde que seja citada a fonte.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E
FLORESTAIS**

DEISE KELLER CAVALCANTE

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Ciências**, no Curso de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Florestais, área de concentração em Conservação da Natureza.

TESE APROVADA EM 02/ 02/ 2018.



Prof. Dr. Acacio Geraldo de Carvalho. UFRRJ
(Orientador)



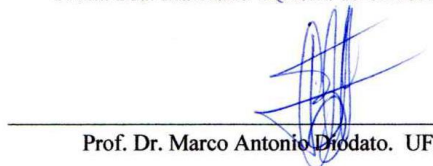
Profa. Dra. Ana Maria Dantas Soares. UFRRJ



Prof. Dr. Ervandil Correa Costa. UFESM



Profa. Dra. Lia Maria Teixeira de Oliveira. UFRRJ



Prof. Dr. Marco Antonio Diódatto. UFERSA

O Cântico da Terra

Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.

Eu sou a fonte original de toda vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da cobertura de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado
e certeza tranquila ao teu esforço.
Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do Criador,
e a mim tu voltarás no fim da lida.
Só em mim acharás descanso e Paz.

Eu sou a grande Mãe Universal.
Tua filha, tua noiva e desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor.

A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste
e o pão de tua casa.

E um dia bem distante
a mim tu voltarás.
E no canteiro materno de meu seio
tranquilo dormirás.

Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha.
Fartura teremos
e donos de sítio
felizes seremos.

Cora Coralina

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais,

***Paulo Keller** (in memoriam) e **Maria Tereza Vieira Keller** (in memoriam),*

*e, à minha irmã, **Celia Regina Keller Leite** (in memoriam),*

Por todo carinho, empenho, dedicação e amor a mim destinados.

Toda minha gratidão, saudade e amor eterno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, todo-poderoso, pelas oportunidades que esta vida está proporcionando a uma filha de operários. Eu creio!

Aos meus professores orientadores, Acacio, Eliane e Renato, que me conduziram no bom caminho, abrindo-me conexões com lugares, pessoas, mentes e possibilidades. Minha eterna gratidão.

Ao meu marido, amigo e companheiro, Francisco Potiguara, pelo apoio, incentivo e compreensão. Meu amor maior.

Aos agricultores orgânicos da Associação Agroecológica de Teresópolis, RJ, Brasil, pelo carinho, acolhimento, disponibilidade, confiança e trabalho maravilhoso. Minha admiração, respeito e gratidão.

Aos professores e funcionários do Instituto de Florestas, pela atenção, incentivo e toda colaboração. Meu agradecimento.

Aos meus colegas de curso e turma da pós-graduação. O companheirismo, a união, a força compartilhada nos momentos difíceis fez toda a diferença para mim. Levarei vocês em meu coração por toda minha vida.

BIOGRAFIA

Durante minha graduação em Licenciatura em Ciências Agrícolas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 1984-1988, participei de grupos de estudos e pesquisas sobre as questões e problemas socioambientais no âmbito das comunidades rurais, movimentos sociais pela reforma agrária e produção agropecuária que contemplavam as práticas de uso da terra. Enquanto integrante desses grupos, colaboramos para a criação de um grupo de estudos que se identificava como Verde também Sangra. Apesar de todos os integrantes do grupo serem estudantes da UFRRJ, grande parte residia no município de Paracambi/RJ, assim, o objeto de estudo desse grupo foram as ações e lutas dos trabalhadores do campo para instalação do assentamento rural denominado Vitória da União.

Na especialização em Ciências Ambientais do Instituto de Florestas da UFRRJ, meus estudos e pesquisas tiveram como foco central a abordagem das temáticas ambientais em prol de uma sustentabilidade no ensino agrícola. Realizamos um estudo de caso na Escola Municipal Agrícola Terra de Educar, localizada no município de Paracambi/RJ, tendo como base um trabalho que havia sido aplicado em treze países europeus, o documento Learning from the tree. Nessa pesquisa identificamos a falta de apoio e incentivo dos gestores públicos às unidades de ensino e respectivamente aos professores da Educação Básica, em especial no campo da pesquisa científica referente às questões e problemas socioambientais.

No mestrado nossas pesquisas se enraizaram na educação agrícola profissional, quando investigamos e refletimos sobre a educação ambiental e sua prática nas escolas agrotécnicas federais.

No ano de 1991 fui aprovada em concurso público da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro para lecionar Irrigação e Drenagem no Ensino Médio Técnico Agrícola, desde então atuo como professora do Ensino Médio da Educação Básica. No período de 1995 a 2005 lecionei Técnicas Agrícolas no Colégio Cenecista de Paracambi, para estudantes do Ensino Fundamental da Educação Básica.

No ano de 2001 assumi a função de Diretora de Programas e Projetos na Secretaria Municipal de Agricultura do município de Paracambi/RJ, e no ano de 2004, a função de Diretora de Gestão Ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do mesmo município. Nesse período elaboramos e desenvolvemos programas e projetos destinados à comunidade rural. Destaco: (1) Proposta Metodológica de Horta para o

primeiro segmento do Ensino Fundamental - destinado aos estudantes regularmente matriculados nas escolas rurais; (2) Projeto Porquinho - incentivo da suinocultura aos pequenos produtores rurais do município; (3) Projeto Florescer - jardinagem como instrumento de inclusão social; (4) Projeto de Apicultura: Adoçando a Vida - financiado pelo Programa Capacitação Solidária, atendemos jovens residentes nas áreas rurais; (5) Projeto de Ervas Medicinais: Plantando Saúde - financiado pelo Programa Capacitação Solidária e executado numa parceria da Prefeitura Municipal de Paracambi, a ONG Viva Rio e o Centro Espírita Ogum Iara, atendemos jovens residentes nas áreas rurais do município; (6) Projeto Teu solo te alimenta - incentivo agrícola para os produtores da agricultura familiar; (7) Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – o programa contemplou oito projetos estruturados na agroecologia, financiado pela Petrobras e executado numa parceria da Prefeitura Municipal de Paracambi, UFRRJ e a EMATER-Rio; (8) Projeto Falando, Pensando e Vivendo Educação Ambiental – o projeto abordava a temática ambiental em todas as unidades escolares da rede pública de ensino do município.

Nos anos de 2002 e 2003, como Superintendente da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (SECTI), implementamos os Arranjos Produtivos Locais (APL) que tinham como meta o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro.

Desde o ano de 2003 faço parte, como Pesquisadora Colaboradora do CNPq, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade da UFRRJ (GEPEADS/UFRRJ).

Após concorrer e ser selecionada em edital público trabalhei, no período de 2004 a 2006, como Consultora em Educação Ambiental para o Ministério da Educação, para o Ministério do Meio Ambiente, e para a UNESCO. Dentre as diversas atribuições dessa consultoria, coordenei nos estados de Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro a formação em exercício para os professores dos sistemas públicos de ensino, e a formação continuada para todos os profissionais da educação básica, utilizando a metodologia de Paulo Freire. No ano de 2008 fui contratada pela Universidade Gama Filho para lecionar Metodologia Científica no Curso de Pós-Graduação em Gestão Ambiental. No período de 2008 a 2010, a convite do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lecionei Saúde Ambiental e Bioética para os estudantes graduandos em Ciências Biológicas. Até o momento participei de quatro bancas de defesas de monografia.

No período de 2008 a 2014, ocupei o cargo de Coordenadora Estadual de Educação Ambiental, no período de 2011 a 2014 acumulei o cargo de Coordenadora Estadual de Saúde na Escola, ambos na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Nesta função elaboramos e implementamos programas, projetos e ações destinados ao ensino formal e não formal, contemplando as comunidades urbanas, rurais, indígenas, quilombolas e as especificidades da diversidade educacional. Destaco: (1) Programa Coleta Seletiva Solidária; (2) Projeto Pegada Ambiental; (3) Programa Vamos cuidar do Brasil; (4) Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro - ProEEA-RJ; (5) Programa Saúde na Escola – PSE; (6) Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE; (7) Programa de Formação em Educação Ambiental e Agenda 21 na Escola; (8) Telhado verde; (9) Conforto térmico - ventilação dos telhados; (10) Economia de energia; (11) Fogão solar; (12) Biosistemas Integrados; (13) Sistema de captação de água da chuva; (14) Reutilização de óleo de cozinha; (15) Horta e Compostagem na Escola; (16) Compras sustentáveis; (17) Tratamento de resíduos sólidos.

Estive Conselheira Titular no Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio Janeiro (CONEMA) no período de 2008 a 2014, neste período coordenei a Câmara Técnica de Educação Ambiental, onde analisamos e avaliamos diversos processos de licenciamento ambiental. Estive cocordenadora no Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (GIEA) no período de 2008 a 2014, neste período, por meio da realização de oito consultas públicas que aconteceram em municípios estratégicos para abrangência de todo o território do estado do Rio de Janeiro, elaboramos e publicamos o Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (ProEEA-RJ).

No ano de 2014 me afastei das atividades profissionais para me dedicar exclusivamente ao doutorado.

RESUMO

CAVALCANTE, Deise Keller. **Agricultura orgânica no desenvolvimento rural local: estudo de caso na associação agroecológica de Teresópolis, RJ.** 2018. 99 p. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Florestais). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

A implementação de sistemas agrícolas sustentáveis depende de mudanças profundas no paradigma de desenvolvimento vigente na sociedade contemporânea, entre outros aspectos, na elaboração de estratégias de desenvolvimento agrícolas que estejam pautados na produção local e regional. Neste estudo são feitas reflexões e análises agroambientais por meio das práticas e questões ambientais dos produtores da agricultura orgânica vinculados à Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), estado do Rio de Janeiro, Brasil, tendo como base as categorias: social, ambiental, cultural e econômica, para responder se as experiências no Sistema Participativo de Garantia (SPG), da agricultura orgânica, notadamente da AAT, contribuem para os processos de desenvolvimento rural local. A pesquisa percorreu uma trajetória histórica da agroecologia e agricultura orgânica e se pautou nas normativas e legislações que orientam a agricultura orgânica no Brasil. A metodologia utilizada foi a pesquisa-participante com revisão bibliográfica baseada na multirreferencialidade, pesquisa de campo e história oral, numa triangulação metodológica que contemplou visitas às unidades de produção agrícola, observação-participante seguida de entrevistas individuais, e aplicação de questionário semiestruturado. As análises e reflexões dos dados consideraram que apesar do desconhecimento dos agricultores sobre os programas e políticas públicas vigentes no Brasil para a agricultura orgânica, e sem receber nenhum apoio (subsídio) governamental, os associados são predominantemente donos de suas terras, instruídos, organizados, atuam no SPG em conformidade com a produção orgânica, e suas práticas agroecológicas são participativas. Concluímos que a AAT contribui para os processos de desenvolvimento rural local.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura orgânica; Desenvolvimento Rural Local.

ABSTRACT

CAVALCANTE, Deise Keller. **Organic agriculture in local rural development: case study in the agroecological association of Teresópolis, RJ.** 2018. 99 p. Thesis (Doctorate in Environmental and Forest Sciences). Institute of Forestry, Federal Rural University of Rio Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

The implementation of sustainable agricultural systems depends on profound changes in the paradigm of development in contemporary society, among other aspects, in the elaboration of agricultural development strategies that are based on local and regional production. In this study, agronomic reflections and analyzes are carried out through the environmental practices and issues of the organic agriculture producers linked to the Agroecological Association of Teresópolis (AAT), state of Rio de Janeiro, Brazil, based on the social, environmental, cultural and environmental categories. economic, to respond if the experiences in the Participative Guarantee System (SPG), organic agriculture, especially the AAT, contribute to the processes of local rural development. The research covered a historical trajectory of agroecology and organic agriculture and was based on the regulations and legislation that guide organic agriculture in Brazil. The methodology used was the research-participant with bibliographic review based on multireferentiality, field research and oral history, in a methodological triangulation that included visits to agricultural production units, participant observation followed by individual interviews, and application of a semi-structured questionnaire. The analyzes and reflections of the data considered that in spite of the ignorance of the farmers about the programs and public policies in force in Brazil for organic agriculture, and without receiving any governmental support (subsidy), the associates are predominantly owners of their lands, educated, organized, operate in GSP in accordance with organic production, and their agroecological practices are participatory. We conclude that AAT contributes to local rural development processes.

Keywords: Agroecology; Organic agriculture; Local Rural Development.

LISTA DE SIGLAS

AAO - Associação da Agricultura Orgânica

AAT – Associação Agroecológica de Teresópolis

AB – Agricultura Biológica

ABD – Agricultura Biodinâmica

ABIO - Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva

AN – Agricultura Natural

ANVISA - Agência nacional de vigilância sanitária

AO - Agricultura Orgânica

CNPO - Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos

EA - Educação Ambiental

EPA – Agência de Proteção Ambiental

EMATER-RIO - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOAM - International Foundation for Organic Agriculture

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MAELA - Movimento Agroecológico Latino Americano

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIP – Manejo Integrado de Pragas

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MS – Ministério da Saúde

MST – Movimento dos Sem Terra

NPTA - Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores

OAC - Organismos de avaliação da conformidade orgânica

ONU - Organização das Nações Unidas

PARA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos

PAAAF - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PEAAF - Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

PESAGRO-RIO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

Rio-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

SEAP - Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Rio de Janeiro

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SisOrg - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

SPG - Sistemas Participativos de Garantia

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFPR – Universidade Federal do Paraná

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 01. Movimentos ambientalistas orgânicos e seus conceitos (modificado de DAROLT, 2002). **25**

Quadro 02. Relação de produtores orgânicos do município de Teresópolis, RJ, registrados no cadastro nacional de produtores orgânicos (CNPO) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e seus respectivos escopos, 2016. **53**

FIGURAS

Figura 01. Mapa do estado do Rio de Janeiro e suas regiões. Fonte: Fundação CIDE - Centro de Informações e dados do estado do Rio de Janeiro, 2015. **40**

Figura 02. Mapa da Região Serrana Fluminense. Fonte: Editoria de Arte, 2015. **54**

Figura 03. Imagem das áreas de unidades produtivas. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2015. **57**

Figura 04 (A e B). Registro das práticas agroecológicas nas unidades produtivas. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2015. **58**

Figura 05. Interior do espaço onde acontece a Feira Agroecológica da Associação Agroecológica de Teresópolis, RJ. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2015. **59**

Figura 06. Fachada da entrada da Feira Agroecológica de produtos orgânicos, Teresópolis, RJ. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2015. **60**

Figura 07. Fachada da entrada da Feira Agroecológica com pintura alterada, em atenção às deliberações acordadas em reunião plenária datada de 14 de novembro de 2015. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2016. **61**

- Figura 08.** Presença de produto de origem animal certificado como orgânico na Feira Agroecológica de sábado. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2016. **64**
- Figura 09.** Presença de produtos certificados como orgânico na Feira Agroecológica de sábado. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2016. **64**
- Figura 10.** Produtos sem a identificação da certificação de orgânico na Feira Agroecológica de sábado. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2016. **65**
- Figura 11.** Produtos in natura em exposição na Feira Agroecológica de sábado, em conformidade orgânica. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2016. **66**
- Figura 12.** Atividades lúdicas e culturais durante a Feira Agroecológica de sábado. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2016. **67**
- Figura 13.** Escolaridade declarada pelos associados. Heterogeneidade dos associados na instrução formal. Eixo Y – quantitativo em numeral. Eixo X – declaração do grau de instrução formal dos associados. **72**
- Figura 14.** Faixa etária declarada pelos associados. Variação de 22 a 72 anos de idade. **73**
- Figura 15.** Declaração do tempo em anos na atividade agrícola. Eixo Y – tempo em anos. Eixo X – declaração dos associados na atividade agrícola. **75**
- Figura 16.** Declaração do tempo em anos na agricultura orgânica. Eixo Y – tempo em anos. Eixo X – declaração dos associados na agricultura orgânica. **75**
- Figura 17.** Diversidade geográfica e cultural dos associados. Eixo Y – quantitativo em numeral. Eixo X – associados e suas pátrias natal. **77**
- Figura 18.** Renda média mensal, expressa em reais, declarada pelos associados. Eixo Y – quantitativo em numeral. Eixo X – valor expresso em reais pelos associados como renda média mensal. **78**

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	20
2.	REVISÃO DE LITERATURA	24
2.1.	LEVANTAMENTO HISTÓRICO E CONCEITUAL	24
2.2.	AGRICULTURA ORGÂNICA NO BRASIL	35
2.3.	AGRICULTURA ORGÂNICA NA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	38
2.4.	DIALOGANDO COM O REFERENCIAL TEÓRICO	42
3.	MATERIAL E MÉTODOS	48
3.1.	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRIA ORAL	48
3.2.	PESQUISA DE CAMPO	49
3.3.	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	51
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
4.1.	ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS, RJ	56
4.1.1.	CATEGORIA SOCIAL	72
4.1.2.	CATEGORIA AMBIENTAL	74
4.1.3.	CATEGORIA CULTURAL	76
4.1.4.	CATEGORIA ECONÔMICA	77
4.2.	ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL	78
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

7.	ANEXOS	94
7.1.	ANEXO I. PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PARA PESQUISA COM HUMANOS	94
7.2.	ANEXO II. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	95
7.3.	ANEXO III. FORMULÁRIO DE PESQUISA. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS	96
7.4.	ANEXO IV. SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA. FICHA DE ADESÃO INDIVIDUAL. PESSOA FÍSICA	101
7.5.	ANEXO V. ACORDO DE FUNCIONAMENTO DO GRUPO SPG-ABIO DA ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS	103

1. INTRODUÇÃO

Há mais de meio século a agricultura vem mudando suas características a partir do desenvolvimento de novas tecnologias, máquinas agrícolas e insumos sintéticos, que impulsionam a produção de alimentos, mas, também produzem efeitos colaterais no ambiente, na biodiversidade e nos consumidores. A Lei nº 7.802/1989, que dispõe sobre o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, e dá outras providências (BRASIL, 1989), e o Decreto nº 4.074/2002 que regulamenta esta lei (BRASIL, 2002) define em seu Art. 1º. Inciso IV, que agrotóxicos e afins são:

produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento.

Os dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), divulgados durante o 2º Seminário sobre Mercado de Agrotóxicos e Regulação, que aconteceu em Brasília/DF, em abril de 2012, demonstraram que nos últimos dez anos, o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, e, que o mercado brasileiro cresceu 190%. O relatório da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO, 2012), destaca que no ano de 2008 o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior mercado mundial de agrotóxicos.

Na última safra, que envolve o segundo semestre de 2010 e o primeiro semestre de 2011, o mercado nacional de venda de agrotóxicos movimentou 936 mil toneladas de produtos, sendo 833 mil toneladas produzidas no País, e 246 mil toneladas importadas (ANVISA & UFPR, 2012). O relatório sobre a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro, divulgado no ano de 2015 pelo Ministério da Saúde (MS), aponta que o RJ ocupa o décimo lugar no ranking de estados que mais consomem agrotóxicos no país.

Tendo como base os dados do Censo Agropecuário Brasileiro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), Bombardi (2011) ressalta a intensidade do uso de agrotóxicos por municípios no Brasil, num cenário que: 27% das propriedades de 0 a 10

hectares; 36% das propriedades de 10 a 100 hectares; e 80%, das propriedades maiores de 100 hectares, usam agrotóxicos. O que indica que o processo produtivo agrícola brasileiro se encontra cada vez mais dependente dos agrotóxicos.

Dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) apontam que o Brasil comercializou 477 mil toneladas de ingredientes ativos de agrotóxicos no ano de 2012, último ano para o qual há dados comparáveis com outros países (no ano de 2016 foram 551 mil toneladas). O número é um pouco menor que o dos Estados Unidos, onde 498 mil toneladas foram comercializadas no mesmo ano, segundo a Agência de Proteção Ambiental (EPA), e bem menor que o da China, onde, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), 1,8 milhão de toneladas foram comercializadas em 2012. Mas é maior que o da União Europeia, que registrou 396 mil toneladas usadas em seus 28 países naquele ano.

O uso de pesticidas por hectare no Brasil, porém, era de 7 kg de ingrediente ativo/ha em 2012 (de acordo com o IBGE que calculou com base nos dados do IBAMA, menor que o do Japão (12 kg/ha, segundo o governo japonês e a FAO), mas mais do que duas vezes maior que o dos EUA (2,6 kg/ha) e maior que o de todos os países europeus exceto Chipre e Malta (cerca de 9 kg/ha cada um). Não há dados por hectare disponíveis para a China.

Além do mais, enquanto na maioria dos países desenvolvidos o uso total de pesticidas se mantém constante nas últimas décadas, no Brasil ele explodiu: foram impressionantes 606% de aumento entre 1990 e 2012, contra 135% na China, 151% no Canadá, 166% na Colômbia e 105% na Austrália. Esses são dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2016).

No Brasil, segundo dossiê da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), entre os 50 pesticidas mais usados, 22 são proibidos na União Europeia. O relatório ressalta que se usa muito agrotóxico no Brasil, e que isso causa impactos ao meio ambiente e à saúde.

Em relação às hortaliças, os dados disponibilizados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2008), demonstram que o consumo de fungicidas atingiu uma área potencial de aproximadamente 800 mil hectares no Brasil. Isso revela um quadro preocupante de concentração no uso de ingrediente ativo de fungicida por área plantada em hortaliças no Brasil, podendo chegar entre 8 a 16 vezes mais agrotóxicos por hectare do que o utilizado na cultura da soja, por exemplo. Numa comparação simples, estima-se que a concentração de uso de ingrediente ativo de fungicida em soja no Brasil, no ano de 2008, foi de 0,5 litros por hectare, bem inferior à estimativa de quatro a oito litros por

hectare em hortaliças, em média. Constatando-se que cerca de 20% da comercialização de ingrediente ativo de fungicida no Brasil é destinada ao uso em hortaliças. Desse modo, pode-se inferir que o uso de agrotóxicos em hortaliças, especialmente de fungicidas, expõe de forma perigosa e frequente o consumidor, o ambiente e os trabalhadores à contaminação química por uso de agrotóxicos (ALMEIDA et al, 2009).

Os dados de amostras coletadas e analisadas pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da ANVISA (2011), em todas as 26 Unidades Federativas do Brasil e Distrito Federal, demonstraram que 1/3 dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado por agrotóxicos. A partir da preocupação com os efeitos colaterais proveniente do uso de agrotóxicos, agricultores se organizaram e desenvolveram métodos e processos agrícolas que segundo eles são seguros e sustentáveis, trata-se de uma produção baseada na interação dinâmica entre solo, plantas, animais, pessoas, ecossistemas e ambiente (IFOAM, 1998). A relação causa e efeito do uso abusivo dos agrotóxicos vem motivando pequenos agricultores preocupados com o ambiente, com a saúde pessoal e dos consumidores, com sua relação geral com a natureza e a sociedade, e como ideologia de vida, e, estão sendo determinantes, como ponto principal, para que pequenos agricultores procurem e optem pela agricultura orgânica.

Ao analisar os diálogos e discursos sobre as práticas socioambientais na agricultura e no desenvolvimento rural local, em suas diferentes dimensões, faz-se necessário compreender os cursos traçados para alcançar seus diferentes objetivos e metas para uma sustentabilidade no campo. Um desses caminhos é o mais propalado pelas políticas públicas, que apresenta um desenvolvimento rural local com responsabilidade ambiental, agora sob a ótica da sustentabilidade, que são a agroecologia e a agricultura orgânica.

No caminho de uma produção rural sustentável encontra-se a agroecologia, que nos apresenta uma relação complexa e sistêmica com o ambiente, uma totalidade para além de atender o mercado de produtos orgânicos, pois nos induz num processo de repensar o universo. Uma produção agropecuária que pensa o espaço produtivo como um todo; na reorganização do território e no acordo de novos princípios, onde ambiente natural e humanidade se constituem enquanto totalidade. A intervenção humana no ambiente, no qual homens e mulheres fazem parte individual, coletiva, social, cultural, econômica e histórica, pode ser analisada a partir de olhares, reflexões e discursos sobre as organizações sociais, culturais, ambientais e econômicas historicamente constituídas e determinadas, explicitando a

dimensão histórico-social dos seres que somos. Ser natural, de uma natureza humanizada e ser social, que na relação com a natureza, na atividade mediada pelo trabalho, a transforma, transformando a si próprio (MARX, 2004; p. 84).

As políticas, agrícola e fundiária, ainda enfrentam dificuldades para efetivar mudanças significativas nesse contexto produtivo que, na maioria das situações, é insustentável tanto no campo ambiental como nas relações de trabalho. Esse quadro não permite o acesso de todos aos bens comuns, gerando insegurança alimentar, e leva a dificuldades econômicas que corroboram para o êxodo das famílias de agricultores do campo, especialmente os jovens. É imprescindível levar em conta a história e a trajetória da transição agroecológica¹ dos agricultores, suas aspirações sociais e econômicas e analisar o conteúdo prático de formas alternativas de produção, práticas e valores éticos.

Embora esses problemas venham se manifestando desde a modernização intensiva na agricultura, apenas recentemente as crises ambientais, alimentar, econômica, climática e social têm se mostrado como face de uma mesma moeda e imposto uma mudança urgente na forma de pensar, atuar e pesquisar. Será preciso uma mudança do pensamento simplista para um pensamento complexo que permita enfrentar o desafio ambiental (LEFF, 2008).

Neste estudo são feitas reflexões e análises agroambientais por meio das práticas e questões ambientais dos produtores da agricultura orgânica vinculados à Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), estado do Rio de Janeiro, Brasil, tendo como base as categorias: social, ambiental, cultural e econômica, para responder se as experiências no Sistema Participativo de Garantia (SPG), da agricultura orgânica, notadamente da AAT, contribuem para os processos de desenvolvimento rural local.

¹ Transição Agroecológica é um processo gradual de mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo-se como meta a passagem do atual modelo ou sistemas de produção de baixa sustentabilidade para estilos de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. Por se tratar de um processo social, implica não somente a busca de maior racionalização produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos. (COSTABEBER, 1998).

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. LEVANTAMENTO HISTÓRICO E CONCEITUAL

O movimento ambientalista data do fim do século XIX, quando se iniciaram as considerações e reflexões sobre os impactos e transformações que o capitalismo vinha causando no ambiente, surgindo inicialmente nos Estados Unidos com duas grandes vertentes, a preservacionista e a conservacionista, em contraponto aos preceitos desenvolvimentistas. Na Europa, mais especificamente na Alemanha, o movimento por uma alimentação natural que preconizava uma vida mais saudável fazia parte de uma corrente de pensamento que contestava o desenvolvimento industrial e urbano da época.

No início do século XX, mais especificamente na década de 1920, surgiram as primeiras correntes alternativas ao modelo industrial ou convencional de agricultura. O avanço lento destes movimentos e suas repercussões práticas ocorreu em função do forte *lobby* da agricultura química, ligada a interesses econômicos de uma agricultura moderna em construção.

Após a Segunda Guerra Mundial, a era nuclear fez surgir temores de um novo tipo de poluição por radiação. O movimento ambientalista ganhou novo impulso em 1962 com a publicação do livro de Rachel Carson, “A Primavera Silenciosa”, que fez um alerta sobre o uso agrícola de agrotóxicos ou pesticidas químicos sintéticos. Cientista e escritora, Carson destacou a necessidade de respeitar o ecossistema em que vivemos para proteger a saúde humana e o meio ambiente.

A agricultura orgânica da atualidade representa uma fusão de diferentes movimentos ambientalistas decorridos nos séculos passados. Para melhor apresentar os diferentes conceitos destes movimentos alternativos ao modelo convencional de produção agrícola, apresentamos o Quadro 01, onde a agricultura alternativa se apresenta em quatro grandes vertentes: Agricultura Biodinâmica, Biológica, Natural e Orgânica. No quadro constam os movimentos orgânicos e seus conceitos que serviram de base para a produção de orgânicos e para a agroecologia (DAROLT, 2002).

Quadro 01 – Compilação dos movimentos ambientalistas orgânicos e seus conceitos (modificado de DAROLT, 2002).

MOVIMENTO	CONCEITOS
Agricultura Biodinâmica (ABD)	É definida como uma "ciência espiritual", ligada à antroposofia, em que a propriedade deve ser entendida como um organismo. Preconizam-se práticas que permitam a interação entre animais e vegetais; respeito ao calendário astrológico biodinâmico; utilização de preparados biodinâmicos, que visam reativar as forças vitais da natureza; além de outras medidas de proteção e conservação do meio ambiente.
Agricultura Biológica (AB)	No início o modelo era baseado em aspectos socioeconômicos e políticos: autonomia do produtor e comercialização direta. A preocupação era a proteção ambiental, qualidade biológica do alimento e desenvolvimento de fontes renováveis de energia. Os princípios da AB são baseados na saúde da planta, que está ligada à saúde dos solos. Uma planta bem nutrida, além de ficar mais resistente a doenças e pragas, fornece ao homem um alimento de maior valor biológico.
Agricultura Natural (AN)	O modelo apresenta uma vinculação religiosa (Igreja Messiânica). O princípio fundamental é o de que as atividades agrícolas devem respeitar as leis da natureza, reduzindo ao mínimo possível a interferência sobre o ecossistema. Por isso, na prática não é recomendado o revolvimento do solo, nem a utilização de composto orgânico com dejetos de animais. Aliás, o uso de esterco animal é rejeitado radicalmente.
Agricultura Orgânica (AO)	Baseado na melhoria da fertilidade do solo por um processo biológico natural, pelo uso da matéria orgânica, o que é essencial à saúde das plantas. Como as outras correntes essa proposta é totalmente contrária à utilização de adubos sintéticos. Os princípios são, basicamente, os mesmos da agricultura biológica.

No início dos anos 1970, século XX, a oposição em relação ao padrão produtivo agrícola convencional concentrava-se em torno de um amplo conjunto de propostas alternativas, movimento que ficou conhecido como agricultura alternativa. No ano de 1972

foi criada em Versalhes, na França, a International Federation on Organic Agriculture (IFOAM). Inicialmente, a IFOAM reuniu cerca de 400 entidades agroambientalistas e foi à primeira organização internacional criada para fortalecer a agricultura orgânica. Suas principais atribuições passaram a ser a troca de informações entre as entidades associadas, a harmonização internacional de normas técnicas e a certificação de produtos orgânicos (EHLERS, 2000). Nesta mesma década começou a ser discutido no mundo, outro modelo de desenvolvimento que harmonizasse as relações econômicas com o bem-estar das sociedades e a gestão racional e responsável dos recursos naturais. Neste período surgiu o conceito de Ecodesenvolvimento, introduzido por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo², para ressaltar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento das zonas rurais nos países em desenvolvimento (RAYNAUT & ZANONI, 1993).

A partir de 1974, este termo foi largamente difundido por Ignacy Sachs (GODARD, 1991), que, além da preocupação com o ambiente, incorporou as devidas atenções às questões sociais, econômicas, culturais, ética e de gestão participativa, apresentando os princípios do ecodesenvolvimento, como devendo ser a base de qualquer projeto, assinalando a necessidade de se evitar o crescimento imitativo. Ademais, que as soluções deveriam ser encontradas localmente ou adaptadas às realidades locais. A imitação havia provocado desigualdades sociais e degradação ambiental, ou seja, ele deslocou o problema do aspecto puramente quantitativo (crescer ou não) para a análise da qualidade do crescimento, indicando estratégias de harmonização entre desenvolvimento socioeconômico e gestão ambiental (SACHS, 1986).

O pouco sucesso das conferências temáticas realizadas pós-Estocolmo, ao longo da década de 1970 e início dos anos de 1980, não impediu o avanço das críticas sobre o modelo de desenvolvimento como indutor do aumento das desigualdades sociais e da degradação ambiental. Em 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, esta comissão publicou o Relatório Brudtland, que ficou conhecido também como “Nosso Futuro Comum”. A partir desse relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado em substituição à expressão ecodesenvolvimento e constituiu a base para a reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais. Considerando, portanto, ser necessário

² A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, iniciada em cinco de junho de 1972, marcou uma etapa muito importante na ecopolítica internacional. Esta foi basicamente a primeira grande reunião organizada para concentrar-se as questões ambientais e a primeira atitude mundial a tentar conservar o meio ambiente.

pensar e agir localmente de forma articulada entre os diferentes atores sociais na busca da resolução de problemas ou questões ambientais.

O conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser amplamente usado a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. A partir daí vários países passaram a apresentar o desenvolvimento sustentável como componente da sua estratégia política, conjugando ambiente, economia e aspectos sociais. Uma ferramenta básica para a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável consiste no estabelecimento de objetivos e indicadores que possam dar a medida de quanto se progride em direção aos objetivos estabelecidos. Entretanto, o conceito de Desenvolvimento Sustentável ainda é muito questionado pelos pesquisadores da área ambiental, dentre outros argumentos, em função da dificuldade em se determinar a sustentabilidade de um sistema. Também porque o conceito de sustentabilidade associado ao de desenvolvimento gera sempre controversas em relação ao que a própria noção de desenvolvimento significa e vem sendo significado pelos arautos que defendem desenvolvimento como sendo crescimento econômico.

Silva (2003, p. 43) comenta que a expressão “desenvolvimento” sustentável atualmente “conta com as mais variadas definições, buscando cada uma a proteção de interesses pela interpretação quer de mercado ou posição ideológica”. A Constituição brasileira de 1988 dá amparo, por vezes implicitamente ou explicitamente, ao desenvolvimento sustentável. Nesse contexto o caput do art. 225 transmite um mandamento e como tal todos (todos é um termo generalista, não exclui qualquer que seja) têm o direito a um ambiente equilibrado o que poderá ser possível somente através da prática de um desenvolvimento sustentado, porém orientado por uma educação ambiental consciente.

A definição mais aceita é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações³. Nessa definição, para que o conceito de desenvolvimento sustentável seja implementado, faz-se necessário o resgate da harmonia e da racionalidade nos territórios, em especial nas áreas de produção agrícola, contemplando não somente a relação entre o homem e a natureza, mas principalmente entre os próprios seres humanos. Homens e mulheres sendo

³ Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

sujeitos nos processos de desenvolvimento, o qual deve ser visto não como fim em si mesmo, mas como meio, respeitando os saberes ambientais, culturais, sociais, econômicos e ecológicos na agricultura.

Considerando que a implementação de sistemas agrícolas sustentáveis depende de mudanças profundas no paradigma de desenvolvimento vigente na sociedade contemporânea, entre outros aspectos, na elaboração de estratégias de desenvolvimento agrícolas que estejam pautados na produção local e regional, é fundamental para o enraizamento e disseminação de mudanças sociais na agricultura, pois, apesar de seus muitos séculos, a agricultura permanece a atividade humana que mais intimamente conecta o homem, a sociedade e a natureza. Por mais que o século XXI apresente a aurora de uma nova era, identificada como pós-industrial, pós-moderna ou pós-escassez, a verdade é que a humanidade continua muito longe de encontrar uma fonte de energia necessária à vida que dispense o consumo de plantas e animais, como ocorre há milhões de anos (VEIGA, 2003).

Bauman (2004) discorre sobre os mal-estares presentes na vida dos sujeitos modernos e pós-modernos. Enquanto na Modernidade havia uma busca pela segurança com um consequente sacrifício das liberdades individuais, na Pós-modernidade o que se percebe é o reino soberano da liberdade individual. Tal liberdade deve ser alcançada pelo esforço próprio, tornando-se a referência das normas supraindividuais e a base pela qual todos os outros valores são avaliados. De acordo com o autor, trocamos a monotonia pela insegurança: “se obscuros e monótonos dias assombravam os que procuravam segurança, noites insones são a desgraça dos livres” (BAUMAN, 2004, p. 10).

Na agricultura, os sistemas de produção agroecológicos são uma possibilidade concreta de implementação de um processo democrático no desenvolvimento rural, a partir de ações locais, onde os agricultores possam condições de assumir a posição de atores principais, valorizando a dimensão local aliada à aplicação de princípios agroecológicos⁴, que podem colaborar na manutenção de variedades e cultivos locais que são comumente eliminados em práticas agrícolas convencionais, além de promover o resgate e a valorização

⁴ A agroecologia é mais que uma vertente agrônômica, tem sido hoje colocada como ciência, prática e movimento social, que engloba técnicas ecológicas de cultivo com sustentabilidade social. Ela também incorpora fontes alternativas de energia e sua principal preocupação é sistematizar todos os esforços num modelo tecnológico socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável. (Fonte: www.ambientebrasil.com.br).

da cultura tradicional local, bem como as práticas de manejo que estimulam e revitalizam as etnociências⁵.

O uso da expressão agricultura familiar é uma caracterização atual. De acordo com Schneider (2003), o surgimento dessa expressão no Brasil ocorreu em meados da década de 1990. Abramovay (1997) salienta que, até certo tempo atrás, a agricultura familiar era designada por pequena produção, agricultura de subsistência ou agricultura de baixa renda, embora sua importância, no cenário econômico e social, não fosse reconhecida. De acordo com Alves et al. (2009), existe no Brasil uma agricultura heterogênea, subdividida em dois grupos, conhecidos como agricultura comercial ou patronal, que são as grandes monoculturas com produção voltada para o mercado externo e a agricultura familiar, com sua produção voltada principalmente ao mercado interno.

Na agricultura familiar acontece uma produção onde ocorre uma interação entre gestão e trabalho. Os agricultores familiares dirigem seu processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilização do trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. A substituição de um sistema de produção convencional, de monocultivo ou não, para um sistema produtivo mais diversificado e com a inserção de práticas agroecológicas poderá estar relacionado a uma produção mais equilibrada, estável, saudável e livre da dependência de insumos externos, mesmo que esta atividade tenha como objetivo atender as demandas do mercado, agregando aos seus produtos valor econômico e melhorias sociais e ambientais.

Caporal e Costabeber (2004) ressaltam que para uma atividade agrícola ser considerada sustentável, esta deve atender alguns princípios, práticas, conceitos e critérios: 1- baixa dependência de insumos comerciais; 2- uso de recursos renováveis localmente acessíveis; 3- utilização dos impactos benéficos do meio ambiente local; 4- tolerância em relação às condições ambientais locais, em vez da alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; 5- manutenção em longo prazo da capacidade produtiva; 6- preservação da diversidade biológica e cultural; 7- utilização do conhecimento e da cultura das populações locais; 8- produção de mercadorias também para o consumo interno, e não apenas para a exportação.

⁵ Áreas de pesquisa que se propõem a estudar as categorias semânticas de “fora” do saber científico ocidental, a partir do reconhecimento dos saberes das populações rurais e do interesse pelas múltiplas interações destas populações com os elementos que compõem o ambiente que habitam (ROUÉ, 1997).

O uso da expressão agricultura mais sustentável pretende alertar para a impossibilidade operativa da opção ecotecnocrática⁶ do desenvolvimento sustentável que, ao longo de décadas, não conseguiu superar os malefícios sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos engendrados pela modernização conservadora baseada nos pacotes da Revolução Verde. Ao contrário, a Agroecologia é defendida como uma nova ciência em construção, como um paradigma, de cujos princípios e bases epistemológicas onde nasce a convicção de que é possível reorientar o curso alterado dos processos de uso e manejo dos recursos naturais, de forma a ampliar a inclusão social, reduzir os danos ambientais e fortalecer a segurança alimentar e nutricional, com a oferta de alimentos saudáveis para a população em geral.

Argumenta-se sobre a necessidade de mudanças no paradigma cartesiano que orientou a pesquisa o ensino e a extensão rural, estabelecendo novos procedimentos, metodologias e bases tecnológicas, capazes de contribuir para um processo de transição a estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas mais sustentáveis. Fugindo das utopias e das revoluções, reconhecendo os enormes desafios para esta mudança paradigmática, há necessidade de uma nova solidariedade intra e intergeracional que dê sustentação a uma ética da sustentabilidade que evite que caminhemos todos para o mesmo abismo. (CAPORAL, 2009, p. 01)

Para Guzmán (2006) a Agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, no âmbito da produção e circulação alternativa dos produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que não causem os problemas socioambientais gerados pelo modelo econômico atual.

Um dos pilares da agroecologia é justamente proporcionar a emergência de um modelo produtivo baseado na equidade social, colocando a racionalidade ambiental em primeiro plano e considerando as múltiplas dimensões do sistema natural. Outro conceito de suma importância no âmbito da discussão sobre desenvolvimento sustentável é o de Agricultura Sustentável. Altieri (1998, p.59) orienta que:

⁶ A corrente ecotecnocrática reconhece a escassez dos recursos, mas continua a propor um crescimento econômico continuado. Dessa forma, a querela entre o desenvolvimento humano e as barreiras impostas pelo ambiente, presume-se, serão resolvidas pela adoção de um otimismo tecnológico e de artifícios econômicos (CAPORAL e COSTABEBER, 2000, p. 5).

A Agricultura Sustentável geralmente refere-se a um modo de fazer agricultura que busca assegurar produtividades sustentadas em longo prazo, através do uso de práticas de manejo ecologicamente seguras. Isso requer que a agricultura seja vista como um ecossistema e que as práticas agrícolas e a pesquisa não se preocupem com altos níveis de produtividade de uma mercadoria em particular, mas sim, com a otimização do sistema como um todo. Isso requer, também, que se leve em conta não apenas a produção econômica, mas o problema vital da estabilidade e sustentabilidade ecológicas.

A agroecologia é tão antiga quanto a própria agricultura, tem como princípios fundamentais o manejo ecológico dos recursos naturais numa perspectiva mais sociocultural nas relações no campo e para o campo, no uso do solo e suas representações no processo produtivo. No campo agrônomo pode-se destacar o surgimento, como marco histórico a Revolução Verde, que decorreu no pós-guerra, e que posteriormente foi seguida pela reação a esta dos movimentos sociais do campo e para o campo. Assim, os sistemas produtivos de base ecológica surgem em contraponto ao sistema capitalista vigente que impulsiona uma agricultura convencional. Os movimentos sociais no campo fortaleceram as comunidades rurais, ribeirinhas, caiçaras, indígenas, quilombolas. Vive-se um momento histórico no campo, onde a agroecologia é reconhecida e “institucionalizada” nos coletivos organizados, como também nos grupos de pesquisa científica para o campo.

Para Clarice dos Santos, Coordenadora do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a problemática ambiental está ligada ao modelo de produção que degrada os recursos naturais. O modelo dá crédito para a insustentabilidade. O custo de produção aumenta com o uso de agrotóxicos, sementes, fertilizantes e demanda ainda mais crédito. O agricultor nunca atinge a autonomia, não por falta de capacidade e sim porque está inserido num sistema de dependência permanente. Acessam recursos de crédito agrícola e comercializam a produção em mercados e cadeias longas, que penalizam estes enquanto eles mais fracos, de forma que muitos dos que conseguem obter restringe-se ao que precisam para pagar ao banco.

A Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, demonstra que a garantia a uma alimentação saudável estará assegurada quando os processos produtivos incluírem:

(1) a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como a geração de emprego e redistribuição da renda; (2) a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; (3) a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; (4) a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e cultural da população; (5) a produção de conhecimento e acesso à informação e (6) a implementação de políticas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do país.

A partir da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente (Rio-92) foi lançado um verdadeiro desafio para alcançar a sustentabilidade, prevalecendo significativo avanço no uso de indicadores. Durante a Rio-92, pensava-se em estabelecer padrões de sustentabilidade que contemplassem todas as suas dimensões. Nesse sentido, considerou-se válida a utilização de indicadores para que fosse possível medir, monitorar e avaliar o desenvolvimento. A proposta foi definir padrões sustentáveis que considerassem aspectos ambientais, econômicos, sociais, éticos e culturais. O capítulo 40 da Agenda 21 Global (Rio-92) intitulado “Informações para a Tomada de Decisões” traz dados referentes ao momento em que se iniciou a utilização, com maior ênfase, de indicadores de sustentabilidade. A Agenda 21 Global exemplifica e argumenta da seguinte forma:

“Os indicadores comumente utilizados, como o produto nacional bruto (PNB) e as medições dos fluxos individuais de poluição ou de recursos, não dão indicações adequadas de sustentabilidade. Os métodos de avaliação das interações entre diferentes parâmetros setoriais ambientais, demográficos, sociais e de desenvolvimento não estão suficientemente desenvolvidos ou aplicados. É preciso desenvolver indicadores do desenvolvimento sustentável que sirvam de base sólida para a tomada de decisões em todos os níveis e que contribuam para uma sustentabilidade autorregulada dos sistemas integrados de meio ambiente e desenvolvimento.”

A Agenda 21 Brasileira em sua segunda edição no ano de 2004, reafirmou em suas Ações Prioritárias o compromisso assumido pelo Brasil na Rio-92 e referendou a Conferência

de Joanesburgo⁷. Assim, em seu Objetivo 11 recomenda: “o *Desenvolvimento sustentável do Brasil rural*”; e, em seu Objetivo 12 recomenda: “a *Promoção da Agricultura Sustentável*”. Estes dois objetivos se complementam recomendando uma agricultura sustentável que conserve os recursos naturais e forneça produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados, de segurança alimentar. Entretanto, o próprio Estado ainda não entende ou não quer entender o que vem a ser Desenvolvimento Sustentável, pois, da forma como vem sendo conduzida, é uma ideia/prática paradoxal.

Para Altieri e Nicholls (2002), os indicadores de sustentabilidade devem ser utilizados pelos agricultores para definir quais os pontos fracos e fortes de seus sistemas produtivos. A partir desses pontos eles poderão manejar o agroecossistema até que ele atinja o grau de sustentabilidade desejado. Trup (2003) destaca que os indicadores permitem a avaliação de uma realidade que mensura numericamente os principais pontos fracos e fortes dos sistemas, que devem ser significativos para a avaliação dos sistemas terem validade, objetividade e consistência, ser sensível a mudanças no tempo e no espaço, ter a participação dos agricultores que irão utilizá-lo, fornecendo informações condensadas sobre vários aspectos do sistema e permitindo a relação entre outros indicadores.

Os indicadores devem ser de fácil observação, sem a necessidade de aparelhos específicos que dificultem o acesso dos agricultores que farão as avaliações. Ainda, podem fornecer informações condensadas sobre vários aspectos do sistema e permitir a relação com outros indicadores (DEPONTI et al, 2002). No entanto, nem tudo o que venha a influenciar a sustentabilidade é um bom indicador. Os indicadores descrevem um processo específico e são particulares a esses processos e, por isso, não há um conjunto de indicadores globais adaptáveis a qualquer realidade. Eles devem refletir o objetivo dos seus propósitos, sendo fundamental participar de sua construção (DEPONTI et al., 2002).

O documento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que cria o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF, 2012), declara que no Brasil o modelo de desenvolvimento rural predominante ainda é baseado no uso extensivo de terras; na monocultura; na exportação; no uso intensivo de máquinas, adubos químicos e agrotóxicos; no poder de grandes empresas sobre a produção e distribuição de sementes e a manipulação

⁷ Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que aconteceu em Joanesburgo no ano de 2002, também conhecida como Rio+10 ou Cúpula da Terra II, porque teve como ponto principal discutir os avanços alcançados pela Agenda 21 e outros acordos da Cúpula de 1992.

de recursos genéticos; no emprego de mão de obra com baixa capacitação, remuneração e, muitas vezes, precárias condições de trabalho. Essa situação se agravada pela forma de inserção dos agricultores familiares na economia de mercado, pela ação de grande parte da mídia e de instituições de ensino e extensão rural que ainda consideram esse padrão de produção como a solução capaz de enfrentar a fome no mundo.

O PEAAF foi uma resposta à pauta de reivindicações dos movimentos de agricultores e agricultoras familiares, que aconteceu no Distrito Federal (Brasília, DF) no ano de 2009, e foi intitulado Grito da Terra. O programa vem se somar a outras manifestações que apontaram a fragilidade da Educação Ambiental (EA) no contexto rural. No âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), o PEAAF apresenta como objetivos gerais:

I - Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável; II - apoiar a regularização ambiental das propriedades rurais do país, no âmbito da agricultura familiar; III - fomentar processos educacionais críticos e participativos que promovam a formação, capacitação, comunicação e mobilização *social*; e. IV - *promover a agroecologia e as práticas produtivas sustentáveis.*

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, Campesina e Indígena. A declaração destacou que a agricultura familiar, além de garantir a segurança alimentar mundial preservando os alimentos tradicionais e assegurando uma alimentação balanceada, contribui decisivamente para a proteção da agrobiodiversidade⁸ e para o uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, a reconversão de uma agricultura convencional para um modelo agroecológico é particularmente complexa, pois não é apenas uma mudança técnica, mas uma mudança total na concepção de agricultura e de mundo. Muitos consideram que a substituição de insumos convencionais por orgânicos seja uma etapa importante no processo de transição de uma produção convencional para uma produção agroecológica, mas, esta não pode ser considerada como etapa final nessa transição, que deve visar à garantia da sustentabilidade do sistema agrícola em suas dimensões ambientais, culturais, sociais, econômicas e ecológicas.

⁸ A agrobiodiversidade foi definida na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da Organização das Nações Unidas, como um termo amplo que inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação, bem como todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: as variedades e a variabilidade de animais, plantas e de microrganismos, nos níveis, genético, de espécies e de ecossistemas, os quais são necessários para sustentar as funções-chaves dos agroecossistemas, suas estruturas e processos.

Dover e Talbot (1992) ressaltam que para ocorrer mudanças no sistema de produção agrícola, há a necessidade de se pensar muito mais seriamente sobre os melhoramentos tecnológicos que são propostos nas atividades agrícolas, para que se tenha uma base produtiva que viabilize agroecossistemas sustentáveis. Os autores nos convidam a refletir sobre o que é uma agricultura sustentável. Como na natureza não existem formas de vida isoladas e sim complexas associações, todas as interações com cada espécie definem as atribuições individuais e coletivas. Assim, como as populações estão associadas umas às outras, e o destino dos componentes vivos e não vivos está intimamente unido, ocasionando as inter-relações dos seres vivos com o ambiente físico-químico.

2.2. AGRICULTURA ORGÂNICA NO BRASIL

As preocupações com o ambiente, com a saúde e bem-estar do homem devido a utilização de insumos sintéticos na produção de alimentos, vêm impulsionando a produção de produtos orgânicos. O movimento para uma agricultura orgânica no Brasil surgiu nos anos de 1970, com agricultores, técnicos e até mesmo consumidores, balizados nos princípios da Agroecologia (FONSECA, 2009). Este movimento consolidou-se com o envolvimento de grupos filosóficos e científicos que propuseram uma reaproximação do contato do homem com a terra em contrapartida do modelo capitalista e consumista da sociedade (ORMOND, *et al.*, 2002).

As primeiras iniciativas de produção e comercialização de produtos orgânicos no Brasil foram estabelecidas por cooperativas de consumidores, como a Cooperativa de Consumidores de Produtos Naturais (Coonatura), no estado do Rio de Janeiro, e Coolméia, no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1978, aproximando consumidores e produtores rurais. No ano de 1984, um pequeno grupo de agricultores da cidade de Nova Friburgo, localizada na região Serrana do estado do Rio de Janeiro, implementou uma das primeiras feiras de produtos orgânicos do Brasil, a Feirinha da Saúde. No ano seguinte, esse mesmo grupo fundou a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) com o objetivo de contribuir para a expansão do movimento orgânico. Em 1988 foi criada em Brasília a Associação de Agricultura Ecológica (AGE), pioneira na agricultura orgânica

no Distrito Federal, atuando desde a produção, comercialização, legislação, até a fiscalização. A entidade reúne sócios produtores e sócios consumidores de alimentos produzidos em sistemas agroecológicos, a AGE surgiu pelos ideais de um grupo de ambientalistas e agrônomos.

No ano de 1989, no estado de São Paulo, foi criada a Associação da Agricultura Orgânica (AAO), tendo a pesquisadora Ana Maria Primavesi⁹ como uma das fundadoras. Foi uma das primeiras associações de produtores orgânicos do Brasil. Em 1991 a AAO recebeu a incumbência da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, de gerir a Feira do Produtor Orgânico do Parque da Água Branca, inaugurada em 23 de fevereiro de 1991, inicialmente com 12 produtores credenciados. Foi a primeira organização não governamental brasileira a criar normas de produção orgânica centradas na realidade local, contemplando os critérios básicos para os agricultores se credenciarem na Feira do Produtor Orgânico. Destaque-se que as normas originais da AAO tinham um caráter educativo, orientador e normativo; não punitivo. Desde o início da década de 1990 a AAO esteve bastante envolvida em articulações e ações com o movimento de agricultura alternativa e agroecológico do Brasil e da América Latina. Participou da idealização, da fundação e da primeira diretoria do Movimento Agroecológico Latino Americano (MAELA), constituído em São Paulo em 1992, na semana que antecedeu a Conferencia Internacional da IFOAM capitaneada pela AAO.

No ano de 1999 foi iniciada a institucionalização da produção orgânica no Brasil, com a publicação da Instrução Normativa nº 007 de 17 de maio, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), onde se considerou *a crescente demanda de produtos obtidos por sistemas ecológico, biológico, biodinâmico e agroecológico, a exigência de mercado para os produtos naturais e o significativo aporte de sugestões nacionais e internacionais decorrentes de consulta pública sobre a matéria* (BRASIL, 1998).

Esse processo teve seu momento maior com a aprovação, em 23 de dezembro de 2003, da Lei nº 10.831, conhecida como lei da agricultura orgânica. Os critérios estabelecidos nesta Lei preconizam que os produtos orgânicos, para serem comercializados,

⁹ Engenheira agrônoma brasileira nascida na Áustria, responsável por avanços no campo de estudo das ciências do solo, em especial o manejo ecológico. Pesquisadora da agroecologia e da agricultura orgânica. Fonte: <http://aao.org.br/aao/quem-somos.php>. Acesso: 22 de agosto de 2016.

deverão ter a avaliação da conformidade de sua produção como tal realizada por organismos reconhecidos oficialmente pelo MAPA.

De acordo com o MAPA (2009), existem três mecanismos de certificação implementados no Brasil para que os produtores possam ser reconhecidos como produtores orgânicos: (1) Organização de controle social - Mecanismo disposto para os pequenos produtores, que pode aplicar-se partindo de fiscalizações entre os mesmos produtores de uma região iniciando com criação da Organização de Controle Social (OCS); (2) Sistemas participativos de avaliação da conformidade orgânica - São redes socioparticipativas em que a certificação dos produtores é baseada na ativa participação dos atores envolvidos, e os sistemas são construídos fundamentando-se na confiança, em redes sociais e na troca de conhecimento; (3) Certificação por auditoria - Desenvolve-se a partir das leis nacionais, mas implica custo elevado que vai depender de vários fatores como a taxa de inscrição, o tamanho da área que vai ser certificada, a elaboração de relatórios, a análise de laboratório de solo e a água, visitas de inspeção e o acompanhamento e emissão do certificado (OLIVEIRA, 2011).

A regulamentação da Lei nº 10.831 ocorreu em 27 de dezembro de 2007 com a publicação do Decreto de nº 6.323. O Art. 29 deste Decreto institui o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), que tem como integrantes órgãos e entidades da administração pública federal, e também os estaduais e distrital conveniados, e os organismos de avaliação da conformidade orgânica (OAC) credenciados pelo MAPA.

Os OACs são as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis pela verificação da conformidade do processo produtivo avaliados, em relação aos regulamentos técnicos da produção orgânica, tanto na certificação por auditoria, como nos sistemas participativos de garantia. Mas, além destas duas modalidades de avaliação da conformidade, a Lei nº 10.831 prevê também, o controle social na comercialização direta dos produtos orgânicos. O controle social na venda direta dos produtos orgânicos contempla os produtores familiares organizados e vinculados a organizações ou associações cadastradas no MAPA.

Com a implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no ano de 2012 (PNAPO) (BRASIL, Presidência da República, 2012), o governo federal incentivou, nos anos de 2013 a 2015, a agricultura orgânica (AO), em especial pela oferta de

crédito aos produtores orgânicos. Com o lançamento desta política pública o governo brasileiro demonstrou vontade política para exercer um compromisso com a ampliação e efetivação de ações que promovam o desenvolvimento rural sustentável, em resposta às crescentes demandas das organizações sociais do campo, da floresta, e da sociedade em geral, a respeito da produção de alimentos saudáveis e a conservação de recursos naturais.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) do Plano Brasil Agroecológico (2013-2015) teve ampla participação da sociedade em sua elaboração. Estas políticas se propuseram à implementação de programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica. O objetivo principal desta política foi:

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (BRASIL, 2012).

No ano de 2013, de acordo com dados publicados na Cartilha sobre Sistemas Participativos de Garantia (SPG)¹⁰ do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cerca de 100 (cem) milhões de reais seriam investidos para o fortalecimento das redes de Agroecologia, Agricultura Orgânica e Agroextrativismo.

2.3. AGRICULTURA ORGÂNICA NA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A estrutura fundiária do estado do Rio de Janeiro sofreu a influência do processo de imigração e colonização europeia no século XIX, garantindo um espaço significativo para a pequena propriedade de caráter familiar. Esta ajudou no estabelecimento de lavouras voltadas predominantemente ao crescente mercado interno da população da região metropolitana, e foi

¹⁰ Os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) são grupos formados por produtores, consumidores, técnicos e pesquisadores que realizam o acompanhamento e avaliação da produção orgânica nas unidades produtivas em pares. Estabelecem procedimentos de verificação das normas de produção orgânica daqueles produtores que compõe o SPG. Precisam estar credenciados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os produtos do SPG recebem o selo brasileiro de produtor orgânico. Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

fator determinante a proximidade da região serrana fluminense e seus municípios para o abastecimento da capital (BARROS, 2011).

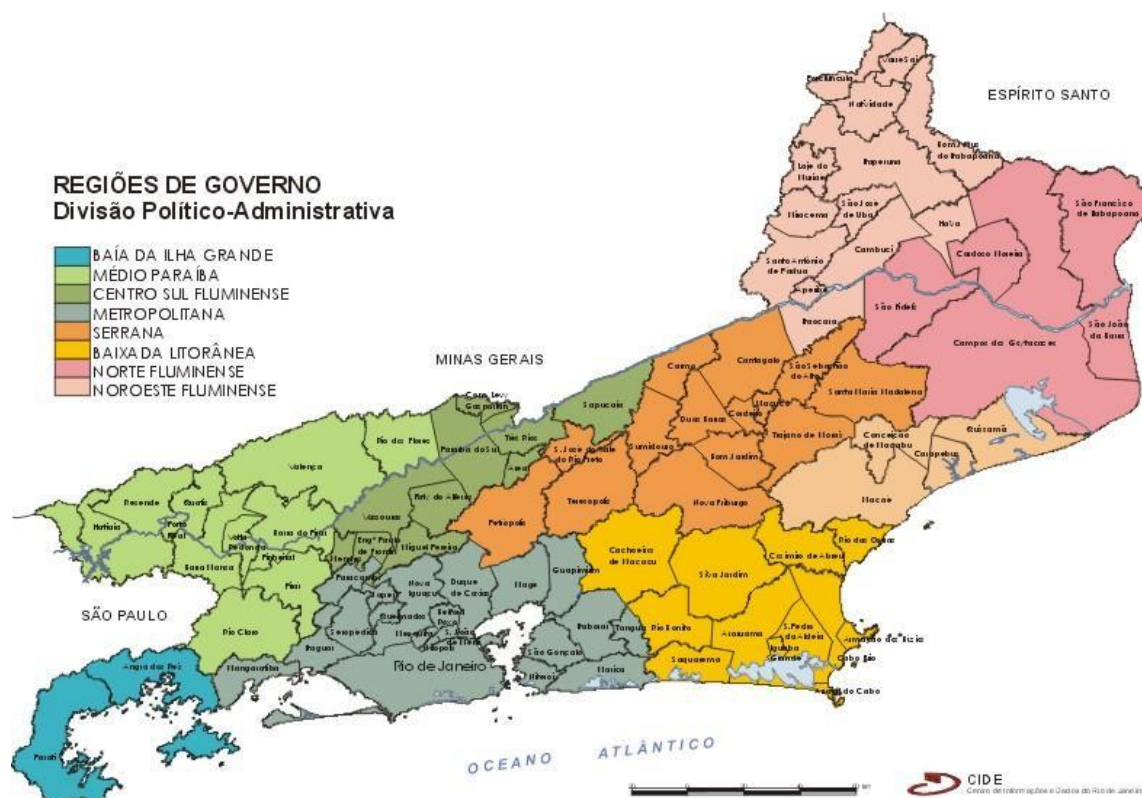
Bernardes (1958) declarou que, graças ao clima, a região serrana do estado do Rio de Janeiro tornou-se um dos primeiros núcleos do estado a fornecer flores e hortaliças a cidade do Rio de Janeiro, atividade que se mantém até os dias atuais. Galvão (1986) ressaltou a integração da região serrana ao centro econômico, político e administrativo do estado do Rio de Janeiro, por meio de uma produção agrícola diversificada de alimentos que atendia à crescente demanda populacional urbana, ao contrário das lavouras de monoculturas voltadas para a exportação, presente em outras regiões do estado do Rio de Janeiro.

A agricultura orgânica começou a ser identificada a partir da fundação da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), no ano de 1985, ano que aconteceu a primeira feira de produtos orgânicos do Brasil, no município de Nova Friburgo, região serrana do estado. A Região Serrana, no que se refere a produção agrícola, é definida pelos produtores rurais como “cinturão verde” ou “triângulo das verduras” referindo-se aos municípios de Teresópolis, Nova Friburgo e Sumidouro, por produzirem cerca de 70% das frutas, verduras e legumes do estado, contexto no qual o cultivo de produtos orgânicos também tem se destacado. Na figura 01 o mapa geopolítico do estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2007 a ABIO¹¹ optou por adotar os Sistemas Participativos de Garantia (SPG), direcionados ao controle da qualidade dos produtos orgânicos.

¹¹ Por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG), a ABIO, controla a qualidade orgânica da produção de 350 associados organizados em 25 grupos, fortalecendo sua organização e o aperfeiçoamento agroecológico de suas unidades produtivas mediante assessoramento técnico. A ABIO é responsável, juntamente com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES) da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, pelo Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, no qual estes pequenos agricultores entram em contato direto com o consumidor e podem, assim, comercializar diretamente sua produção, sem intermediários. <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/certificadora-abio/>. Acesso: 20 de abril de 2016.

Figura 01. Mapa do estado do Rio de Janeiro e suas regiões. Fonte Fundação CIDE - Centro de Informações e dados do estado do Rio de Janeiro, 2015.



No ano de 2008, com o objetivo de ampliar o conhecimento da população acerca da produção orgânica, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro o evento denominado Rio Orgânico. Este evento fez parte da Semana do Alimento Orgânico promovido pelo MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que promoveu no período de 24 a 31 de maio de 2008, nos estados do Brasil, diversas atividades com o objetivo de destacar a importância da agricultura orgânica. A iniciativa do MAPA contou com a adesão de quase todos os estados.

Em 12 de fevereiro de 2016, O Jornal Folha de Teresópolis, publicou uma matéria impressa e digital, informando que a Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do Rio de Janeiro (SEAP), por intermédio do Programa Rio Rural, e em conjunto com as empresas vinculadas a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RIO) e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO),

vêm incentivando desde o ano de 2007, os agricultores orgânicos cadastrados no MAPA, por meio de diversas formas, dentre elas, aportes financeiros como recurso não reembolsável para adoção de práticas sustentáveis e formação em agroecologia de técnicos e agricultores, para resolução dos gargalos técnicos e sociais na condução dos agroecossistemas. (Disponível em: <http://www.afolha.net/2016/02/12/rio-de-janeiro-e-pioneiro-na-comercializacao-de-alimentos-organicos/>. Acesso: 20 de abril de 2016).

Um dos fatores que impulsionaram a produção agroecológica no estado do Rio de Janeiro foi a alavanca propiciada pelo próprio Estado, que demandou a aquisição de alimentos, por meio da ação de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAAAF) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em atenção a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina:

no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

Esta Lei marca o importante papel que pode e deve ser desempenhado pelas políticas públicas na agricultura familiar. Outro referencial e componente essencial ao papel de alavancar a produção orgânica são as compras públicas, como impulsionador do ingresso da produção agroecológica nas formas e equipamentos convencionais de comercialização. Não são pequenos os desafios na concepção e implementação desse tipo de política pública, ainda mais considerando o lugar conferido ao protagonismo das famílias rurais e organizações da agricultura camponesa (MALUF, 2013). Esta alavanca está apoiada na Lei supracitada, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) aos alunos da educação básica (BRASIL, 2007).

2.4. DIALOGANDO COM O REFERENCIAL TEÓRICO

A Agroecologia é definida como um campo de estudos sobre o manejo ecológico dos recursos naturais, uma ação social coletiva de caráter educativo complexo, democrático e participativo, com enfoque holístico e de estratégia sistêmica, propondo reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade (GUZMÁN & MOLINA, 1996).

Os sistemas de produção agroecológicos, ao integrarem princípios ecológicos, agronômicos, socioeconômicos e socioambientais, surgem como uma possibilidade de implementação de um processo democrático de desenvolvimento rural local, a partir de uma ação participativa, no qual os agricultores tenham condições de assumir a posição de atores principais do processo produtivo.

Os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa na produção (LAMARCHE, 1993, p.13).

A agricultura de princípios e bases ecológicas, apoiados nos laços de localidade e pertencimento, que se traduzem na corresponsabilidade e ação social coletiva na relação homem e natureza, alicerce de um conhecimento adquirido ao longo de gerações, encontram terreno fértil para uma transição para agricultura orgânica e o desenvolvimento rural local. Estudos apontam que a agroecologia possui potencial de força transformadora da realidade rural contemporânea, em especial como bandeira de luta política de movimentos sociais e de segmentos da sociedade comprometidos com um desenvolvimento equânime e sustentado (CARMO, 2008).

Para Darnhofer et al. (2010), apesar de a agricultura orgânica possuir potencial para oferecer alimentos produzidos com práticas ecológicas corretas, e conservar o ambiente e as paisagens, alguns estudos têm mostrado que unidades de produção orgânica, com selo orgânico ou não, adotam práticas que não respeitam os princípios da agricultura orgânica, que consideram a unidade de produção orgânica, de forma sistêmica, como um organismo vivo com seus diferentes órgãos interligados e interdependentes. Esta tendência tem sido chamada

de “convencionalização” da agricultura orgânica, em que a ênfase deixa de ser os processos envolvidos na produção agrícola, e sim a aquisição de produtos externos a unidade de produção para ação pontual na solução de problemas específicos.

Sir Albert Howard (HOWARD, 2007), em seu “Testamento Agrícola”, base da agricultura orgânica, apresenta problemáticas relacionadas à sustentabilidade econômica no campo, antecipando a substituição dos insumos químicos por uma agricultura que deveria alimentar de forma saudável a humanidade. Ressalta, ainda nas primeiras décadas do século XX, que procedimentos sustentáveis de manejo do solo agrícola, eram uma sabedoria camponesa de capacidade de manter a fertilidade do solo por sucessivas gerações através de procedimentos simples, procedimentos que previam a incorporação permanente de húmus ao solo.

Ao concluir seu testamento, ele se aventura a prever que, pelo menos, a metade das doenças humanas desapareceria se os suprimentos alimentares passassem a ser produzidos em solos férteis e consumidos em estado natural. As suas reflexões observam que, nos processos de modernização da agricultura, não se tem observado um procedimento considerado essencial para a sustentabilidade do solo agrícola: para um acelerado crescimento, deveria também haver uma acelerada decomposição. A agricultura estaria desequilibrada por faltar a ponte que deveria unir as duas metades da vida. Essa ponte teria sido substituída pelos adubos artificiais, adubos que estariam arruinando e envenenando os solos do mundo inteiro: *“Em todo o mundo o nosso mais importante capital está sofrendo uma rapinagem. A restauração, assim como a manutenção da fertilidade do solo, torna-se um problema universal”* (HOWARD, 2007, p. 321).

Howard lembra que o estudo dos problemas agrícolas deveria ter o seu início a partir do campo e não do laboratório. Um agricultor observador ou mesmo um simples trabalhador, qualquer um que tenha passado a sua vida em estreito contato com a natureza pode ser de extrema valia para o pesquisador. *“O ponto de vista de todos os camponeses do mundo é digno do maior respeito. Há sempre bons motivos para o uso de suas técnicas”* (HOWARD, 2007, p. 324)

Argumenta-se que para fortalecer a agricultura orgânica e potencializar seus benefícios teria que se avaliar a sua heterogeneidade e ir além da regulamentação. O argumento principal aponta para a necessidade de analisar empiricamente se a Agricultura

Orgânica está cumprindo ou não com os princípios e valores. A IFOAM¹² recomenda a adoção de indicadores que tenham capacidade de capturar o conjunto de causas e efeitos decorrentes das diferentes práticas adotadas. Entretanto, existem algumas diferenças nas práticas entre produtores que produzem em sistemas orgânicos. Essas diferenças ocorrem mais em função das culturas cultivadas, da escala da produção, da disponibilidade, de conhecimentos, de tecnologia, situação geográfica, oportunidades ou restrições biofísicas, normas regionais, apoio institucional e depende de como a produção orgânica é definida em concepção e princípios (GUTHMAN, 2000).

No ano de 2006, pela primeira vez o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Censo Agropecuário, investigou a agricultura orgânica brasileira. Esta pesquisa englobou em sua investigação os estabelecimentos agropecuários que praticam a agricultura orgânica, quando mapeou e identificou informações relativas a esta prática no Brasil (IBGE, 2009). Neste censo foi questionado se o agricultor atendeu ou não a legislação brasileira de produtos orgânicos. Foram consideradas como agricultura orgânica, as práticas agrícolas que não utilizavam insumos sintéticos (adubos químicos, agrotóxicos, organismos geneticamente modificados). Além disso, o produtor para ser enquadrado na categoria “orgânico” também deveria conhecer e se interessar pelas normas técnicas exigidas pelas instituições e entidades avaliadoras da conformidade orgânica, adotando medidas para conservação dos recursos naturais e do meio ambiente. Dentre os 5.175.636 estabelecimentos agropecuários recenseados, apenas 90.498, aproximadamente **1,75%** do total, afirmaram fazer uso da agricultura orgânica (grifo nosso).

O setor de olericultura e fruticultura orgânica, que compreende produtos como frutas, verduras e legumes, tem o mercado interno como principal destino da sua produção. Este setor demonstrou a maior proporção de estabelecimentos em relação ao total de produtores classificados na mesma atividade, sendo que, dos 197.094 produtores que se dedicavam a esta atividade, 8.840 praticavam a modalidade orgânica, que representava **4,44%** dos produtores deste setor (grifo nosso), (IBGE, 2009).

As reflexões e inquietudes sobre a relação do homem com a terra, especificamente com o solo como sistema complexo e estruturante na produção de alimentos, onde a humanidade se conecta numa relação de extrema dependência energética, de insumos, e

¹² A IFOAM - Organics Internacional, surgiu em Versalhes, França, em cinco de novembro de 1972, durante um congresso internacional sobre a agricultura orgânica, intitulado Nature et Progrès.

também de valores éticos¹³, espirituais e de mercado, remetemo-nos a Lovelock (2001), que em sua Teoria de Gaia, nos diz que encontramos-nos como sujeitos engajados nos processos de defesa da vida, a partir da compreensão sistêmica e ecológica da complexidade das interações entre a sociedade e o Planeta Terra.

A trajetória de valores socioambientais no mundo rural por meio do surgimento, enraizamento e propagação da Agroecologia e Agricultura Orgânica, contrapondo o modelo agrícola convencional, ou industrial, têm proporcionado aumentos significativos de produtividade dos cultivares e formado sistemas aparentemente rentáveis. O modelo agrícola convencional, ou industrial, tem sido severamente questionado por estar associado a uma série de problemas ecológicos e socioambientais. Dentre os mais relevantes, situam-se a dependência crescente de combustíveis fósseis e a baixa eficiência energética; a degradação dos recursos naturais, a contaminação de alimentos e o meio ambiente; estimulando o uso crescente de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos; impactando de modo negativo a saúde dos agricultores e dos consumidores; contribuindo para a erosão genética; a diminuição da biodiversidade com a simplificação dos agroecossistemas; perda de técnicas, cultura e saberes tradicionais dos agricultores; e, finalmente, o aumento do êxodo e da pobreza rural (SARANDON, 2009).

Nas palavras de Altieri (2002) a dimensão social é ressaltada em relação aos trabalhadores rurais como parte central da crise ecológica:

A agricultura orgânica, tradicionalmente considerada holística, está hoje fortemente mercantilizada e envolvida pelo capital (...) enfocar exclusivamente o abrandamento dos impactos ambientais, por exemplo, sem enfrentar a dura realidade que os trabalhadores vivem ou as forças econômicas que perpetuam a crise, é estar condenado ao fracasso (ALTIERI, 2002, p. 123).

Devem ser consideradas algumas dimensões em torno dos desafios para uma agricultura de base ecológica. Uma primeira é um impasse em relação à produção de sementes ecológicas e a valorização de variedades locais. Uma segunda dimensão é a

¹³ A palavra ética vem do grego ETHOS que significa: modo de ser, caráter enquanto forma de vida do homem. Ética é a forma de proceder ou de se comportar do ser humano no seu meio social, sendo, portanto, uma relação intersocial do homem, e seus parâmetros são as condutas aceitas no meio social, e tem raízes no fato da moral como sistema de regulamentação das relações intersociais humanas, assentando-se em um modo de comportamento. Portanto, a ética é uma ciência da moral e pode ser definida como: a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade (VASQUEZ, 1993).

importância da proximidade entre produtor e consumidor, para que se possa valorizar a forma como se produz, sem ocasionar uma ruptura entre o produto consumido e os desafios do sistema de produção. Outro aspecto é o cuidado com uma concepção muitas vezes reducionista da agricultura orgânica, que pode levar apenas a uma substituição dos insumos agroquímicos por orgânicos, sem um enfrentamento dos fatores que ocasionam a crise socioambiental.

A partir de uma abordagem, teórico-histórica, a apropriação do conceito da agroecologia como bandeira na luta pela reforma agrária defendida pelo Movimento dos Sem Terra (MST), partiu-se de revisões sobre as concepções clássicas relativas ao papel do campesinato nas sociedades contemporâneas, onde a defesa da agroecologia no MST é baseada em um discurso chayanoviano e está em curva ascendente, contraponto ao discurso antes vigente de coletivização e fomento de grandes unidades de exploração agrícola especializadas de inspiração no marxismo ortodoxo. Aponta-se, também, que a agroecologia, para o MST, vai muito além da dimensão produtiva, agregando forte questionamento político (BORSATTO & CARMO, 2013). Esse discurso aponta um modo de produção que deve ser adotado pelos agricultores em seus assentamentos, migrando de um discurso com forte viés produtivista, para outro mais aderente à visão agroecológica, passando a incorporar ao centro de seu ideário conceitos como o de respeito e resgate da agricultura camponesa, e estruturando-se nas diretrizes da agroecologia.

A agricultura moderna, utilizada principalmente em grandes propriedades de produção de maior escala, não tem se mostrado sustentável, conforme ressalta Oliveira et al (2008). O surgimento de uma nova agricultura com base na agroecologia vem apresentado novas perspectivas para viabilizar a produção, conservando o meio ambiente e, ao mesmo tempo, direcionando-se ao caminho da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Assim, a agricultura orgânica se apresenta como possibilidade de uma agricultura que estimule o desenvolvimento local.

A agricultura orgânica vem adquirindo cada vez mais espaço nas relações de produção e de mercado capitalistas, em contrapartida, estudos identificam a ampliação das práticas em Agroecologia, o que nos exige considerar as diferenças existentes entre agroecologia e agricultura orgânica. O aumento do mercado de produtos orgânicos, principalmente no Brasil, faz emergir novas problemáticas, sendo uma delas a certificação destes produtos para

atestar a sua veracidade quanto ao processo orgânico de produção. Entender o processo de certificação dos produtos orgânicos como uma estratégia de apropriação capitalista, e sua influência no processo de produção orgânica é um dos objetivos deste trabalho.

Os autores orientam que as relações entre os estilos de agricultura não podem ser reduzidas a uma simples oposição entre um campo científico e um domínio prático. Diversos elementos devem ser tomados em conta, entre os quais o grau de integração sociocultural (valores) à sociedade, as práticas e a inserção no mercado. Estudos no território brasileiro exemplificam a diversidade de relações existentes, seja inclusiva ou exclusiva, observando-se uma fluidez entre conceitos de agroecologia e agricultura orgânica.

Enquanto a agricultura orgânica tem suas raízes na ciência do solo, a agroecologia sustenta seus princípios na ecologia. A agroecologia privilegia, num primeiro momento, as dimensões agrônoma e ecológica e, em seguida, a dimensão sociológica e política. Nesse sentido, consideramos a agroecologia como uma agricultura sustentável, por demonstrar capacidade de conectar ou integrar alguns princípios básicos do desenvolvimento rural local, como baixa dependência de inputs externos, apresentar menor impacto ao ambiente e maior manutenção da capacidade produtiva, preservação da diversidade biológica e cultural, utilização do conhecimento e da cultura da população local e contribuir com as necessidades humanas por meio da produção de alimentos saudáveis.

Os agricultores familiares compõem um segmento mais apto à adoção dos princípios da agroecologia nas unidades produtivas, por se identificarem mais com a terra, com os recursos naturais, possuírem facilidade na prática diversificada das culturas e não apresentarem relações intrínsecas com o processo de modernização agrícola (MARAFON E RIBEIRO, 2003).

Por outro lado, a agricultura orgânica sustenta-se, segundo a Internacional Federation for Organic Agriculture Movements (IFOAM), em princípios de equidade, saúde e justiça e em paradigmas da ciência do solo. Alguns autores da reflexão crítica analisam esta prática numa visão minimalista, na medida em que ela é vista como simples substituição de insumos, em detrimento do redesenho dos sistemas agrícolas, e praticada segundo a lógica organizacional da moderna agricultura convencional. Apesar dessas críticas, a conversão para a agricultura orgânica é frequentemente citada para ilustrar as perspectivas de transição agroecológica.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRIA ORAL

O estudo foi estruturado em pesquisa qualitativa, exploratória, teórica e de campo (GOLDENBERG, 1999); (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 1982). Realizado no município de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro, Brasil, especificamente junto aos produtores orgânicos vinculados à Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT). As estratégias de coleta de dados se iniciaram a partir de visitas às unidades de produção agrícola e pesquisas de campo, onde foram identificadas as práticas ambientais aplicadas no cultivo, no uso da terra, irrigação e ciclagem de nutrientes. O desenho metodológico incluiu também a pesquisa bibliográfica.

A contribuição da história oral, como metodologia de diálogo nessa pesquisa, referenda-se em trabalhos da Agroecologia, e rompe com a estrutura de poder da ciência positivista, dando voz aos sujeitos sociais. Essa metodologia está situada na perspectiva de pesquisa estrutural, que se refere à Agroecologia como desenvolvimento rural e tenta explicar as relações entre os fenômenos analisados de acordo com a percepção dos sujeitos, e intervém nos mesmos. Essas informações podem ser articuladas com técnicas participativas a fim de que haja uma construção local de alternativas viáveis de produção, circulação e consumo, com vistas a um desenvolvimento rural local, numa perspectiva sociológica do campo (CARVALHO, 2007).

A idade dos investigados foi utilizada como metodologia de identificação para mensurar opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes no universo pesquisado (público-alvo), por meio de amostra que represente de forma estatisticamente comprovada, visto que é uma pesquisa qualitativa com humanos.

3.2. PESQUISA DE CAMPO

No estudo também foi aplicada a metodologia da pesquisa de campo (MATTAR, 2003), na promoção da coleta de dados referente às informações fornecidas pelos diferentes produtores rurais, e, a metodologia da multirreferencialidade, muito utilizada na abordagem de temas complexos, como o Desenvolvimento Rural Local e Agricultura Orgânica (ARDOINO, 1998). O diagnóstico, por conseguinte, alimenta a base de dados para as análises qualitativas e quantitativas. A pesquisa está organizada em um estudo de caso, refletindo e analisando os desafios e incertezas dos agricultores orgânicos do município de Teresópolis, nas orientações instituídas e nos marcos legais para a agricultura orgânica no desenvolvimento rural local, contemplando as categorias: social, ambiental, cultural e econômica.

Toda metodologia utilizada na pesquisa foi protocolada, apresentada e aprovada pela Comissão de Ética na Pesquisa com Humanos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Protocolo nº 690/2015. E, foi apresentada e aprovada em reunião plenária da AAT, por unanimidade, por meio do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. O referido termo encontra-se disponível no Anexo I.

Foi aplicada uma triangulação metodológica de pesquisa-participante, onde foram contempladas: (a) visitas às unidades de produção agrícolas e observação-participante nas: áreas produtivas, feiras agroecológicas, reuniões e assembleias da AAT; (b) entrevistas semiestruturadas individuais com os agricultores estudados; e (c), aplicação de questionários, disponível no Anexo II.

As pesquisas de campo se iniciaram in loco nas unidades produtivas seguidas de acompanhamento, visitas técnicas, observação-participante e aplicação de entrevistas individuais semiestruturadas aos produtores rurais orgânicos vinculados à AAT, que estavam diretamente envolvidos na experiência agroecológica desenvolvida no município de Teresópolis/RJ, além do registro da história oral. As entrevistas foram realizadas buscando estabelecer relações entre agroecologia, conhecimento agroecológico, relações sociais, ambientais, culturais e econômicas. Dados primários e secundários foram levantados na pesquisa-participante, por fim a aplicação de questionário individual semiestruturado.

Durante a pesquisa-participante houve presença, observação e participação nas feiras, nas reuniões ordinárias e assembleias da associação.

As entrevistas individuais e dialógicas abrangeram os coordenadores da AAT e os produtores rurais orgânicos que expõem e comercializam seus produtos na Feira Agroecológica, que acontece semanalmente, todas as quartas-feiras e sábados, no centro da cidade de Teresópolis. Os dados aqui apresentados foram obtidos nas visitas in loco, incluindo registro fotográfico, levantamento de dados qualitativos e quantitativos no período de maio de 2015 a setembro de 2016.

As questões abordadas na pesquisa contemplaram a produção com ênfase no produto, a quantidade produzida e comercializada, as principais dificuldades enfrentadas na produção e comercialização, dentre outros aspectos. No que tange a comercialização, investigou-se sobre o local em que ela ocorre, assistência técnica, certificação dos produtos, quais produtos são mais cultivados e comercializados, dentre outros. Buscou-se saber, ainda, sobre os aspectos socioambientais no que diz respeito a forma que entendem suas práticas agroambientais, a relação do trabalho com a terra, aquisição de insumos, qual o sentido da Feira Agroecológica, e a análise das categorias: ambiental, social, cultural e econômica, sob a ótica agroecológica e melhoria na qualidade de vida.

A pesquisa foi realizada de forma participante, interagindo e convivendo com os produtores rurais associados à AAT, de modo a garantir a credibilidade dos investigados, ao mesmo tempo em que, se apropriassem, e pudessem contribuir com o estudo e seus resultados. O aprofundamento teórico ocorreu durante toda a pesquisa como forma de respaldar e subsidiar as análises dos resultados. A importância da pesquisa participante está no fato de os objetos estudados serem sujeitos e não "sujeitos de pesquisa", no sentido passivo de fornecedores de dados, mas sujeitos de conhecimento (BRANDÃO, 1988).

Essas técnicas metodológicas permitem estabelecer diálogos entre os autores que versam, tanto a respeito do processo agrícola brasileiro e seus impactos socioambientais, tanto quanto àqueles que direcionam suas obras à discussão de aspectos relativos aos conceitos de agroecologia e desenvolvimento rural local.

Por meio da aplicação dos questionários foram obtidas informações sobre a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis pelos agricultores, e sobre o sistema de produção

adotado, a fim de fomentar a análise e percepção dos sistemas de produção orgânica, além de informações pessoais sobre o tempo na atividade agrícola, escolaridade, rendimentos pessoais, diversidade cultural, manejo no uso da terra, dentre outras. Durante as visitas às unidades de produção foram realizadas entrevistas dialógicas. Os questionários foram aplicados individualmente a todos os produtores rurais vinculados à AAT, que comercializavam seus produtos na feira agroecológicas e participavam das reuniões e assembleias da associação. Os dados obtidos com a aplicação dos questionários balizaram as análises socioambientais, nos pilares: ambiental, social, cultural e econômico.

Na metodologia utilizada, o questionário abordou 04 grandes categorias: (1) Social – diagnóstico da propriedade rural (localização, tamanho, atividade principal, mão de obra), e do produtor (escolaridade, tempo na atividade, moradia, outro trabalho); (2) Ambiental – diagnóstico do manejo agrícola na propriedade (uso do solo, insumos, manejo, sistema de produção, certificação dos produtos); (3) Cultural – diagnóstico agroecológico referente às atitudes e práticas de produção (legislação, formação, participação em programas ou políticas públicas) e, (4) Econômico – diagnóstico agroecológico referente à captação de recursos, produção, fomentos, apoio governamental.

3.3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

No período de maio de 2015 a setembro de 2016 a AAT registrava 50 (cinquenta) associados, cada associado corresponde a uma unidade agrícola de produção orgânica. Destes 50, 35 (trinta e cinco) expunham e comercializavam seus produtos orgânicos, in natura e manipulados, na Feira Agroecológica que acontece todas as quartas-feiras e sábados no centro da cidade de Teresópolis, RJ. Com o objetivo de garantir o consentimento e liberdade na análise dos dados foi aplicado e registrado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Anexo 1). Dos 35 que expunham e comercializavam seus produtores orgânicos na Feira Agroecológica, 32 (trinta e dois) assinaram o Termo e participaram do estudo.

A AAT aparece no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), vinculado à Associação de Agricultores Biológicos do estado do Rio de Janeiro (ABIO).

Atualmente, na Associação de Agricultores Biológicos do estado do Rio de Janeiro (ABIO), existem 25 (vinte e cinco) grupos do Sistema Participativo de Garantia (SPG) sob a certificação de um Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC)¹⁴, com 350 (trezentos e cinquenta) agricultores orgânicos cadastrados no MAPA.

A AAT é considerada pelos técnicos do SPG, um dos grupos de produção de orgânicos mais organizados no estado do Rio de Janeiro, entretanto, a associação ainda **discute em suas reuniões sua identidade: *somos agroecológicos ou somos produtores/comerciantes de produtos orgânicos?*** Essas questões são constatadas pela caracterização de disputas entre grupos filosóficos que buscam ora demarcarem posicionamentos e se diferenciarem em relação aos princípios e às propriedades pertinentes, eficientes e apropriadas para a produção de conhecimentos, ora interagir para influenciar a proposição de políticas públicas.

No relatório de 2016 a ABIO apresentou um total de 405 (quatrocentos e cinco) associados, desse total, 16 (dezesesseis) localizados no município de Teresópolis, entretanto, no período que ocorreu a pesquisa, a AAT apresentava um total de 50 associados. Esse número foi justificado pelo fato de alguns produtores rurais associados à AAT terem sua unidade de produção agrícola localizada em outros municípios, no entorno geográfico de Teresópolis.

Por sua vez, os dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA, atualizados em 30 de setembro de 2017, para os produtos orgânicos localizados da cidade de Teresópolis, apresentam 18 (dezoito) produtores cadastrados, conforme quadro 02.

¹⁴ No caso da certificação por OPAC, o produtor deve participar ativamente do grupo ou núcleo a que estiver ligado, comparecendo a reuniões periódicas e o próprio grupo garante a qualidade orgânica de seus produtos, sendo que todos tomam conta de todos e respondem, juntos, se houver fraude ou qualquer irregularidade que não apontarem e corrigirem. Se o produtor não corrigir, o grupo deve excluí-lo, cancelar o certificado e informar ao MAPA.

Quadro 02. Relação de produtores orgânicos do município de Teresópolis, RJ, registrados no cadastro nacional de produtores orgânicos (CNPO) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e seus respectivos escopos, 2016.

TIPO DE ENTIDADE	ENTIDADE	PAÍS	UF	CIDADE	ESCOPO	TOTAL
OPAC	ABIO	Brasil	RJ	Teresópolis	Produção primária vegetal	14
OPAC	ABIO	Brasil	RJ	Teresópolis	Produção primária animal	01
OPAC	ABIO	Brasil	RJ	Teresópolis	Produção primária vegetal; produção primária animal	02
OPAC	ABIO	Brasil	RJ	Teresópolis	Processamento de produtos de origem vegetal	01

O município de Teresópolis está localizado na Região Serrana no estado do Rio de Janeiro, fazendo sua divisa geográfica com os municípios de Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim. A região próxima a confluência de Teresópolis com Sumidouro e Nova Friburgo é popularmente conhecida como “Triângulo das Verduras”, por sua reconhecida produção de hortaliças em ambientes de montanha. Na figura 02 apresentamos o mapa com a localização da região deste trabalho de campo.

Figura 02. Mapa da Região Serrana Fluminense. Fonte: Editoria de Arte, 2015.



No ano de 2005, um grupo de agricultores orgânicos e apicultores do município de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro, reuniram-se para organizar uma feira agroecológica na cidade para atender uma clientela diferenciada de consumidores que procuravam e declaravam ciência do valor do produto orgânico. O trabalho agrícola e a união entre os produtores se fortaleceram, e no ano de 2007 foi fundada oficialmente a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), apontando como objetivos principais: incentivar e promover a agroecologia e a economia solidária. Em sua criação a AAT já vislumbrava ir além da venda de produtos. Em uma declaração pública¹⁵, dois agricultores afirmaram: “Somos também um ponto cultural. Há troca de sementes, oficinas de alimentação viva, recreação para as crianças, apresentações musicais, entre outras atividades”.

Hoje, com 50 (cinquenta) unidades produtivas cadastradas, a associação realiza 02 (duas) feiras semanais, as quartas-feiras e sábados, na Rua Tenente Luiz Meirelles, centro de Teresópolis, das 8h às 12h. A AAT possui 01 (um) Coordenador Geral; 05 (cinco) coordenadores de áreas: coordenador Administrativo, coordenador de Feira, coordenador

¹⁵ Esta declaração está disponível na página da AAT. <http://feiraagroecologicateresopolis.blogspot.com.br/>. Acesso em 24 de abril de 2016.

Técnico, coordenador de Tesouraria e coordenador Cultural; e Grupos e Subgrupos de Trabalho. Os coordenadores são eleitos de modo democrático, por meio de votação em assembleias abertas.

De acordo com os coordenadores, a AAT possui 50 (cinquenta) unidades produtivas associadas, entretanto, algumas unidades produtivas têm mais de um associado produzindo na mesma unidade, nesse sentido, o número de unidades produtivas associadas difere do número de associados, que abrangem em torno de 200 (duzentas) pessoas em trabalho direto no campo. A AAT tem parceria com os agricultores da Associação dos Produtores Rurais de Teresópolis e com os Artesãos e Amigos da Microbacia do Fojo (Afojo), no município de vizinho de Guapimirim, cujos agricultores também participam das feiras e atividades da AAT. Os produtos comercializados como artesanato apresentaram matéria-prima de produtos da agricultura convencional, entretanto, têm um espaço para comercialização na feira. Além de comercializar nas feiras, os associados da AAT também entregam produtos em domicílio nos municípios de Teresópolis, Niterói e Rio de Janeiro. A AAT conta com o apoio e parceria da Associação Terrapia, Alimentação Viva na Produção da Saúde e Ambiente, Fiocruz, SESC Teresópolis, Embrapa Agrobiologia, Secretaria Especial de Fiscalização e Obras Públicas de Teresópolis, Secretaria de Educação de Teresópolis e Secretaria de Turismo de Teresópolis.

Enquanto grupo formal, a AAT funciona em consonância com as orientações da Associação de Agricultores Biológicos (ABIO), cumpre as recomendações do SPG, conforme normas do MAPA. Os produtos orgânicos comercializados pela AAT recebem o controle social dos técnicos do SPG e dos próprios consumidores, que é caracterizado pela participação e responsabilidade de todos os membros e pelo cumprimento dos itens necessários à certificação dos produtos. A AAT criou comissões de avaliação com a participação de técnicos e agricultores (e ainda com a possibilidade da presença de um associado consumidor). Essas comissões visitam e examinam periodicamente as propriedades para conceder ou renovar o selo orgânico. Caso não haja conformidades, a comissão as identifica e conversa com o produtor responsável pela unidade de produção, buscando soluções para corrigir os problemas. Hoje, por meio do SPG, a AAT avalia a conformidade orgânica da produção vegetal, animal e de processados (como pães, farinhas, compotas, geleias, entre outros produtos). A AAT segue as orientações das avaliações da conformidade do SPG-ABIO, em consonância com o Regimento Interno do SPG-ABIO; Capítulo II – da

Avaliação da Conformidade; Artigo 27º - No SPG-ABIO, as avaliações da conformidade têm como objetivo:

I – Promover ações de natureza preventiva que garantam o cumprimento dos regulamentos da produção orgânica;

II – Identificar as não conformidades;

III – Assessorar os fornecedores para a resolução das não conformidades e para o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos;

IV – Promover a troca de experiência entre os participantes.

A AAT considera de absoluta importância que os agricultores associados, a partir da avaliação da conformidade de sua produção orgânica, obtenham o selo orgânico, que é condição básica e fundamental para expor e comercializar produtos na Feira Agroecológica de Teresópolis. Eles consideram que essa avaliação, por meio do SPG, fortalece os laços entre os membros e reafirma as práticas agroecológicas. Segundo a AAT, os consumidores podem e devem participar do processo de avaliação da conformidade da produção orgânica para enriquecendo a convivência, de forma a fortalecer os elos de confiança entre os produtores. Para a AAT, o SPG representa uma face inovadora da institucionalização da agroecologia no Brasil.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS, RJ

Essa análise percorre as interfaces e antagonismos capturados por meio de diálogos, entrevistas e observações junto aos agricultores orgânicos vinculados a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), e as propostas e políticas públicas para o Desenvolvimento Rural Local.

A primeira intervenção de pesquisa no campo aconteceu aos doze de maio de 2015, com reconhecimento técnico e geográfico da Região Serrana Fluminense, onde estão localizadas as unidades produtivas dos associados da AAT. Quando foi diagnosticada a característica e similaridade entre os agricultores, por meio da prática do cultivo de olerícolas em ambientes de montanha. As pesquisas prosseguiram nas unidades produtivas e registros das práticas no manejo e cultivo do solo. Esta intervenção, que teve boa receptividade e acolhida por parte dos agricultores, está registrada na figura 03.

Figura 03. Imagem das áreas de unidades produtivas. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2015.



A segunda intervenção no campo aconteceu aos vinte dois dias de setembro de 2015. Nessa ocasião foi visitada a unidade produtiva onde residia o coordenador geral da AAT. Essa visita foi intermediada e acompanhada por pesquisador da Embrapa Agrobiologia que atuava junto ao Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores (NPTA) da Embrapa em Nova Friburgo, que demonstrou apoio e incentivo à nossa pesquisa. O coordenador declarou aceite e interesse em nossa pesquisa e aprovou nossa solicitação de acompanharmos as atividades da AAT. Disponibilizou-nos as datas das feiras e reuniões da AAT. Relatou sua trajetória de vida pessoal, profissional e nos fez um breve histórico de sua participação na AAT. Relatou as atividades dos membros, seus compromissos e responsabilidades com a

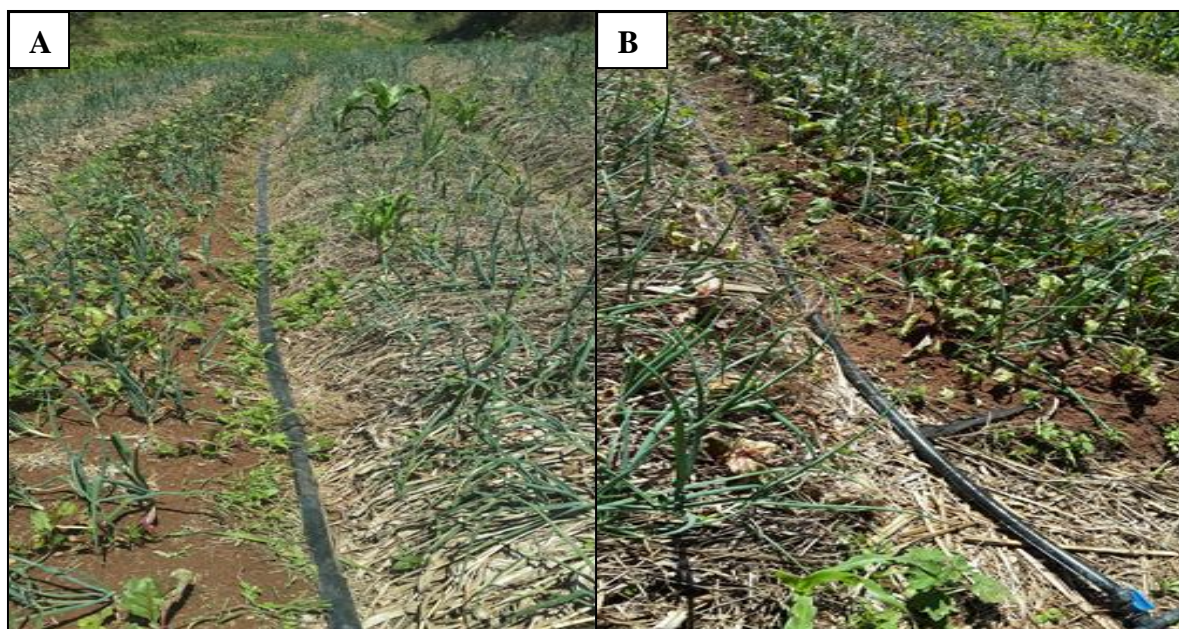
associação. Neste diálogo aplicando a metodologia da história oral, destacou-se algumas afirmações do coordenador da AAT:

“é importante o trabalho em redes para o sucesso da produção orgânica, pois, aplicamos a técnica da troca de cultivares”. (Agricultor, 37 anos)

“Comer é um ato político” (Agricultor, 37 anos)

As pesquisas nas unidades produtivas registraram o cultivo consorciado e diversificado dos produtos, prática da adubação orgânica seguida de adubação verde e cobertura vegetal do solo. Irrigação por gotejamento e aspersão. Rotação de culturas, repouso do solo, período de plantio e comercialização na Feira Agroecológica da AAT. Na figura 04 (A e B), o registro das práticas agroecológicas dos produtores, como: Plantio direto em linha, cobertura vegetal, adubação orgânica, adubação verde, irrigação por gotejamento, diversidade e consorcio de cultivares, numa agricultura de montanha. Em alguns casos foram observados o compartilhamento da área produtiva entre os associados.

Figura 04 (A e B). Registro das práticas agroecológicas nas unidades produtivas. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2015.



Em oito de outubro de 2015 foi feito o reconhecimento do espaço físico e geográfico onde acontece semanalmente a feira para comercialização dos produtos orgânicos oriundos da prática agroecológica dos associados à AAT. O espaço está localizado no centro da cidade de Teresópolis-RJ, próximo à estação rodoviária do município. O espaço é apresentado na figura 05. As feiras acontecem às quartas-feiras e sábados, no período das 07hs às 12hs. Com exposição dos produtos para comercialização, atividades lúdicas e culturais. Ao término das vendas acontece uma feira de troca de produtos entre os associados com o objetivo de: (1) evitar o desperdício dos alimentos; (2) enriquecer a própria dieta, pois os associados trocam, entre si, produtos para o próprio consumo; (3) pagar, em forma de alimentos orgânicos, as pessoas que trabalharam na instalação do som, se apresentando artisticamente enquanto a feira acontece, tocando instrumentos musicais ou cantando. Esse momento de trocas ao término da feira acontece naturalmente entre os associados, as pessoas passam de banca em banca e escolhem o que desejem levar em suas cestas. E, ao término, entorno das 14h, acontecem às reuniões e assembleias da associação.

Figura 05. Interior do espaço onde acontece a Feira Agroecológica da Associação Agroecológica de Teresópolis, RJ. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2015.



Em quatorze de novembro de 2015 registrou-se as atividades da feira e os conhecimentos locais por meio de conversas com os agricultores, consumo dos produtos, vivência das atividades lúdicas e culturais. Ao término da feira, por volta das 12h30minh,

cada expositor/agricultor limpou sua bancada e o espaço onde se encontravam seus produtos. Os músicos e instrumentistas que se apresentaram, ao término das atividades da feira, passaram de banca em banca adquirindo produtos como forma de pagamento pela atividade artística que realizaram, ficando claro que, se tratava de um acordo entre todos. Às 14h iniciou-se a reunião geral. Os registros da pauta, lista de presença e suas deliberações, encontram-se no acervo de documentos dessa pesquisa. Nessa reunião geral os membros da AAT reconheceram e se apropriaram dos objetivos da pesquisa, seu objeto e, aprovaram a solicitação para realização das intervenções previstas na pesquisa junto a todos os associados. Houve boa receptividade e a solicitação da intervenção para pesquisa foi aprovada pela plenária por unanimidade.

Durante a reunião observou-se e foram destacados alguns pontos relevantes: (1) discussão e embate sobre a definição e identidade dos produtos comercializados na feira como sendo da agroecologia ou orgânicos, fazendo-se presente uma discussão com muita ênfase e debate acalorado; (2) questionamento por alguns agricultores acerca da fachada da feira, recém-pintada, onde não constava o nome da associação, dando destaque apenas a produção orgânica (Figura 06), outra discussão acalorada.

Figura 06. Fachada da entrada da Feira Agroecológica de produtos orgânicos, Teresópolis, RJ. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2015.



A segunda discussão estendeu-se por longo período, e motivou um agricultor a manifestar-se de modo mais veemente:

“Minhas verduras são limpas, pode pegar na banca e comer sem lavar, não tem veneno. Quero ver alguém fazer isso com as verduras que são vendidas no supermercado. Se tirar o nome orgânico do muro da feira eu tiro minha banca daqui” (Agricultor, 58 anos).

A reunião prosseguiu de modo democrático e muito participativo, mas, mantendo-se o embate sobre a questão, agroecológico x orgânico. Além da fala do agricultor supracitado, outros solicitaram a palavra e enfatizaram:

“Se a palavra orgânica sair da pintura do muro, retiramos nossas bancas e produtos da feira.” (Agricultor, 48 anos)

Considerações e ponderações foram feitas pelos coordenadores da reunião, ao final de longa discussão o consenso prevaleceu. Decidiu-se por refazer a pintura, com a inserção do nome e marca da AAT no muro, sem retirar a expressão contendo Feira Orgânica (Figura 07). Apesar da associação existir formalmente por uma década, o debate e controvérsias entorno do conceito da agroecologia e da agricultura orgânica se fazem presentes no cotidiano da associação.

Figura 07. Fachada da entrada da Feira Agroecológica com pintura alterada, em atenção às deliberações acordadas em reunião plenária datada de 14 de novembro de 2015. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2016.



Uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos” não necessariamente será uma agricultura ecológica em sentido mais amplo. A simples substituição de agroquímicos por adubos orgânicos pode não ser solução para uma transformação ou transição ecológica, podendo inclusive incluir outras questões. Como bem assinala Nicolas Lampkin:

“É provável que uma simples substituição de nitrogênio, fósforo e potássio de um adubo inorgânico por nitrogênio, fósforo e potássio de um fertilizante orgânico tenha o mesmo efeito adverso sobre a qualidade das plantas, a susceptibilidade às pragas e a contaminação ambiental. O uso inadequado dos materiais orgânicos seja por excesso, por aplicação fora de época, ou por ambos os motivos, provocará um curto-circuito ou mesmo limitará o desenvolvimento e o funcionamento dos ciclos naturais” (Lampkin, 1998:3). (CAPORAL, 2004, p.10).

Como previsto na metodologia de pesquisa-participante, a presença da pesquisadora foi registrada em ata, bem como a participação nas avaliações orais que ocorrem ao término de cada reunião. Nas observações-participantes e história oral, registramos conversas, identificamos posturas e diagnósticos com ênfase na observação e reflexão crítica. As informações e impressões disponibilizadas pelos produtores nos permitiram identificar uma orientação dos agricultores com relação aos seus esforços para a obtenção de uma produção mais estável e sustentável. Nas intervenções dos associados durante a reunião foram identificados pontos positivos e exitosos, como: vontade, empenho, determinação por grande parte dos associados; destacamos a fala de três agricultores sobre a importância da AAT:

“Troca de experiências, práticas, sementes, entre outros. Mas, definitivamente, a polarização de agentes interessados em forma de associação gera inúmeros benefícios: proximidade, união, liberdade, menos custos, feiras, acesso a créditos, equipamentos, etc. AAT tem um papel social / ambiental / cultural e econômico muito forte na história dos agricultores” (agricultor, 30 anos).

“A AAT é de grande importância para o município, por fomentar a agroecologia trazendo muitos produtores para o cultivo orgânico e por oferecer alimentos orgânicos na região. E é de grande importância para todo o planeta, por compor esta rede de agroecologia, da sustentabilidade, do consumo responsável” (agricultora, 33 anos).

“A associação criou condições de eu sobreviver como pequeno produtor orgânico” (agricultor, 53 anos).

E, os pontos vulneráveis como ausência de um trabalho prévio de discussões da pauta nos subgrupos, que acontecem por meio de uma divisão prévia que contempla os produtores e suas respectivas áreas de produção, como também, aquisição de sementes, diversificação nas culturas, entre outros. Destacamos a fala de três agricultores sobre os pontos fracos, críticos, vulneráveis, e as dificuldades encontradas na instalação do cultivo e comercialização dos produtos orgânicos:

“Com relação à instalação do cultivo, não sei, mas com relação à comercialização, acho que um ponto fraco é haver atravessador fazendo com que o produto orgânico chegue ao consumidor num valor muito alto. Por isso a importância de feiras como a nossa” (agricultora, 33 anos).

“Críticos e Vulneráveis: sementes, insumos (biofertilizantes e iscas naturais), embalagens sustentáveis (de fato!), certificadoras privadas. Dificuldades: acesso a recursos (estaduais, federais e municipais), mudas, baixa produção (escala mínima para baixos custos), logística física entre o campo e a cidade, muito devido à baixa escala de produção, e inexistente, por conseguinte, o transporte exclusivo para orgânicos. Rastreabilidade na composição de produtos processados (em relação à veracidade do que é oferecido nos grandes mercados, se o percentual dos produtos é orgânico na composição do mesmo, se está sendo respeitada e se de fato é orgânico)” (agricultor, 30 anos).

“Vejo como uma grande dificuldade a adequação do pequeno produtor e do produtor familiar às exigências das leis criadas para os grandes produtores” (agricultora, 53 anos).

Ainda nessa reunião, registrou-se a presença de um casal solicitando a permissão para fazer parte da AAT e, conseqüentemente, poder expor e comercializar seus produtos no espaço da feira. O casal se apresentou ressaltando que seus produtos já possuem o selo de orgânico. São produtos de origem vegetal e animal, alguns manipulados, processados e conservados a vácuo. Após algumas breves perguntas e possibilidade de arguição do casal, debate e análise dos presentes, os associados reconheceram que os produtos do casal solicitante estavam em conformidade com o que é previsto na Lei da Agricultura Orgânica. O casal foi aceito na associação, e já poderiam expor e comercializar seus produtos na próxima feira.

Aos doze de março de 2016 foi realizada a quinta intervenção de pesquisa. Fomos reconhecidos e muito bem acolhidos pelos associados, tendo assim bom tramite entre os agricultores. Realizamos a pesquisa-participante na feira em diálogos com os produtores,

quando experimentamos, adquirimos e consumimos diversos produtos, e registramos as atividades culturais de modo participante. Nessa data percebemos maior diversidade de produtos orgânicos in natura: legumes, verduras, frutas, sucos vivos, alimentos feitos na hora para consumo imediato como feijão, arroz integral e legumes; e a presença de produtos manipulados e manufaturados: arroz integral embalado a vácuo, café orgânico embalado a vácuo, geleias orgânicas, ovos orgânicos embalados (Figura 08).

Os manufaturados apresentavam selo orgânico, com embalagem adequada para comercialização em outros espaços de comercialização não exclusivos da produção orgânica (Figura 09), os produtos in natura, como se destinavam somente a feira da AAT, não apresentavam selo individualizado, nem mesmo uma placa sobre a banca, pois o entendimento era de que o selo orgânico da feira era extensivo para as bancas, justificando inclusive as controvérsias referentes à agroecológico e orgânico que ocorreram na reunião geral acerca da pintura do muro, que foi refeita, incluindo a identificação da AAT.

Figura 08. Presença de produto de origem animal certificado como orgânico na Feira Agroecológica de sábado. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2016.



Figura 09. Presença de produtos certificados como orgânico na Feira Agroecológica de sábado. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2016.



Apesar do registro da importância da origem e do selo orgânico dos produtos, nas falas dos associados nas reuniões, nas orientações formativas, nas capacitações, no acompanhamento dos técnicos do SPG, e nas visitas às áreas produtivas dos associados; registramos a presença e comercialização também de produtos orgânicos oriundos de produtores não vinculados a AAT. Entretanto, a feira é orgânica, o que permite a comercialização de produtos com selos de outras entidades que não sejam a ABIO.

De acordo com as orientações, normas e legislação vigente no Brasil a respeito da produção, exposição e comercialização de produtos orgânicos, estes devem ser expostos nas feiras acompanhados de identificação dos produtos como orgânicos, o que pode ser uma placa identificativa que registre ao consumidor que o alimento é orgânico. Algumas bancas onde os produtos in natura eram expostos, e apresentados para comercialização, não dispunham de nenhuma placa na banca ou qualquer outro tipo de identificação sobre a procedência (Figura 10), origem ou modo de produção do alimento, apenas por meio da oralidade do dono da banca, ouvíamos que o produto foi produzido por meio das técnicas agroecológicas e sua procedência era de um alimento orgânico.

Figura 10. Produtos sem a identificação da certificação de orgânico na Feira Agroecológica de sábado. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2016.



A Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003 inclui a produção, o armazenamento, a rotulagem, o transporte, a certificação, a comercialização e a fiscalização dos produtos. De acordo com MAPA, para vender na feirinha, o produtor sem certificação deve apresentar um documento chamado Declaração de Cadastro, que demonstra que ele está cadastrado junto ao

MAPA e que faz parte de um grupo que se responsabiliza por ele. Neste caso, só o produtor, alguém de sua família ou de seu grupo pode estar na barraca, vendendo o produto. Essa Declaração deve ser mostrada sempre que o consumidor e a fiscalização pedirem.

Já os produtos vendidos em mercados, supermercados, lojas, devem estampar o selo federal do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg) em seus rótulos, sejam produtos nacionais ou estrangeiros. Se o produto for vendido a granel deve estar identificado corretamente, por meio de cartaz, etiqueta ou outro meio. Os restaurantes, lanchonetes e hotéis que servem pratos orgânicos ou pratos com ingredientes orgânicos devem manter a disposição dos consumidores listas dos ingredientes orgânicos e dos fornecedores destes ingredientes.

Nesta reflexão retomamos a discussão da assembleia geral da AAT sobre produtores agroecológicos ou produtores orgânicos. A associação faz parte da ABIO e do SPG, assim a produção de todos os associados tem o acompanhamento técnico e a avaliação do SPA, não sendo de ordem prioritária a exposição do selo na banca, uma vez que estão devidamente cadastrados no MAPA. Assim, a Lei é fundamental, mas a AAT estando em conformidade orgânica, dá a garantia da origem dos produtos de seus associados ao consumidor.

Figura 11. Produtos in natura em exposição na Feira Agroecológica de sábado, em conformidade orgânica. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2016.



Depois de longas discussões e embates conceituais e filosóficos entre os associados nas reuniões de sábado, após a feira, sobre colocar o nome da associação na fachada, e o registro da palavra agroecologia na parede que identifica o local onde acontecem as feiras, e tudo o que as referidas palavras carregam em conceito e afirmações – Associação Agroecológica de Teresópolis, foi pintada e inserida na fachada (Figura 07). Identificamos esta ação como uma afirmativa dos primeiros produtores agroecológicos da região, e pioneiros na associação de Teresópolis desde sua criação no ano de 2005, e como “bandeira” de luta da agroecologia e toda complexidade que envolve a produção orgânica de alimentos.

Como foi ressaltado anteriormente, o espaço onde acontece a feira é democrático e com responsabilidades compartilhadas. Para garantir a realização das atividades culturais durante a feira, as despesas com o contrato e uso dos equipamentos de som e instrumentos musicais são calculadas e divididas entre todos os associados, que colaboram com dinheiro em espécie, ou com produtos de suas próprias bancas para os músicos. Observamos na reunião que a contribuição em dinheiro é separada do valor mensal pago por cada produtor associado à AAT. Hoje, o valor da mensalidade de cada associado é de R\$20,00 (vinte reais). A limpeza de todo o espaço onde acontece a feira, das bancas onde são expostos os produtos e, a arrumação do espaço para as reuniões após a feira, é realizada pelos presentes, de modo voluntário, pois essa prática já foi pré-estabelecida nos acordos de convivência, pautados nas reuniões e aprovado por todos.

Figura 12. Atividades lúdicas e culturais durante a Feira Agroecológica de sábado. Fonte: Deise Keller Cavalcante, 2016.



Na reunião geral da AAT que aconteceu em doze de março de 2016, foram apresentados novos produtores interessados em participar da associação. Neste dia havia 04 (quatro) interessados. A reunião foi conduzida e mediada pelos coordenadores que elegeram na plenária uma guardiã do tempo¹⁶. Após os informes, leitura da pauta e assinatura da lista de presença, uma coordenadora realizou a leitura do Acordo de funcionamento da AAT junto às normas e orientações do SPG-ABIO. Este documento encontra-se disponível no Anexo IV.

A coordenadora conduziu uma leitura oral acompanhada pelos presentes, cada um com uma cópia impressa. No referido documento consta que os Subgrupos regionais da AAT podem abrigar no máximo 12 (doze) agricultores, para que se visite uma unidade de produção mensalmente, e, pelo menos 01 (uma) vez ao ano cada unidade seja visitada pelos integrantes do subgrupo, conforme orientação da ABIO, para a avaliação da conformidade da produção orgânica com o controle social de que o produto é cultivado pelo sistema orgânico.

Neste momento da reunião houve questionamentos de alguns produtores sobre a obrigatoriedade de estar na propriedade no dia e na hora da visita, como também da visita não poder ser agendada, ou seja, esta visita deve ser de surpresa, sem agendamento prévio com o produtor.

As dúvidas foram sanadas em especial por um produtor que é representante da AAT junto a ABIO, afirmando que estas são normas do MAPA, e que devem ser seguidas e acatadas pelos produtores orgânicos. A leitura prosseguiu sem questionamentos até o ponto que abordou os valores das mensalidades; para a AAT: R\$20,00 (vinte reais) e para o SPG: R\$25,00 (vinte e cinco reais). As dúvidas e questões levantadas pelos presentes, referente aos valores das mensalidades, provocou uma discussão que culminou em esclarecimentos sobre a certificação dos produtos comercializados na feira, como é a ABIO quem coordena o processo de avaliação da conformidade da produção orgânica, os produtores devem estar em dia com seus compromissos e responsabilidades nas atividades produtivas e no pagamento das mensalidades. O não pagamento implica na saída do grupo, conseqüentemente perda do selo orgânico, que é emitido pela AAT – ABIO – MAPA; o documento referente a este selo deve ser plastificado e ficar exposto nas respectivas bancadas de cada produtor durante todo o período que acontece a feira, às quartas-feiras e sábados.

Para os “novatos”, os coordenadores da reunião informaram que a AAT possui uma regra ou acordo interno, que para fazer parte, ou serem devidamente inseridos no grupo, os

¹⁶ Pessoa responsável em controlar o tempo de toda reunião, para que esta seja objetiva, cumpra a pauta aprovada e não ultrapasse o tempo previamente estabelecido pela plenária.

representantes da AAT realizam uma visita prévia ao produtor que deseja se associar a AAT, para averiguação dos procedimentos aplicados na produção, ou seja, se estes estão de acordo com os princípios agroecológicos para produção orgânica. Esta visita prévia tem um custo para o produtor, que deve garantir o deslocamento e disponibilidade de tempo dos associados que farão a visita. Este valor é cobrado para custear os gastos com deslocamento, já que o “novato” ainda não está contribuindo com as mensalidades da AAT e ABIO. Esta visita na propriedade rural aprovará, ou não, a participação e comercialização dos produtores na feira. Sendo aprovado, o novo associado deve preencher a Ficha de Adesão Individual, pessoa física, ao SPG, disponível no Anexo IV.

Aos nove dias de abril de 2016 estivemos na feira, interagindo com os produtores e dando início à aplicação dos questionários que acompanham o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Anexo II), aos participantes da pesquisa. Os questionários (Anexo III) foram distribuídos no final da feira, para serem respondidos no intervalo entre a feira e a reunião (12h às 14h), para não atrapalhar as atividades da AAT, em especial nesse dia em que aconteceria uma assembleia geral. Recebi o retorno de 32 (trinta e dois) questionários respondidos, alguns agricultores solicitaram ajuda aos colegas por sentirem dificuldades na leitura, mas com a ajuda conseguiram responder, de forma que todos demonstraram total compreensão do que estava sendo investigado.

A pauta da assembleia geral era a eleição da chapa e novo mandato, de um ano, para os coordenadores. No início da assembleia foram feitos os informes e apresentados os agricultores que desejavam participar da AAT, em seguida foi apresentada a chapa única, composta pelos mesmos membros, sem nenhuma renovação na composição da gestão anterior. Sem oposição, a chapa única foi eleita por unanimidade e aclamação.

Na sequência realizaram a leitura do Estatuto da AAT e do Acordo de funcionamento do grupo SPG-ABIO da Associação Agroecológica Teresópolis, revisado em dezembro de 2015, disponível no Anexo IV. O Estatuto estava sem alterações desde agosto de 2007, data da criação formal da associação. O Estatuto estabelece que os produtos devam ser orgânicos de base agroecológica. Observamos um momento de reestruturação da associação, com atualização do Estatuto, Regimento Interno, e do acordo geral, com uma chamada para uma atuação mais presente dos coordenadores dos Grupos de Trabalho. Pontos de destaque nessa assembleia:

- *A obrigatoriedade da avaliação da conformidade da produção orgânica;*

- *A necessidade de os agricultores permitirem o livre acesso aos locais de produção para as equipes de vistoria e até mesmo para o consumidor;*
- *O início do fornecimento pela AAT de produtos para a merenda escolar, inicialmente para o Colégio Estadual Francisco Lippi;*
- *Aprovação da prestação de contas da AAT;*
- *Relato de que o período de 2014 a 2016 foi identificado como uma fase de crescimento da feira e conseqüentemente da AAT, mas que havia então a necessidade de melhorar a oferta em quantidade e variedade de produtos, com planejamento e mutirão de mudas nas unidades de produção, entretanto;*
- *Proposta de encaminhar a um vereador de Teresópolis, solicitação de proposta de Lei Municipal que garanta o espaço físico da feira, que hoje é de fato, mas não de direito;*
- *O Acordo da AAT com o SPG-ABIO, que havia sido discutido na última reunião geral, e foi então aprovado por aclamação e assinado por todos os presentes;*
- *Destaque para a união do grupo;*
- *Grande preocupação com a saúde das pessoas em geral por meio do consumo de alimentos convencionais contaminados com agrotóxicos.*

Os registros dessa assembleia foram finalizados com a afirmação de um agricultor:

‘Produzir orgânicos é uma atitude pelo coletivo’. (Agricultor, 36 anos)

A afirmação desse produtor rural reforça e vem de encontro ao pensamento complexo pautado na educação ambiental como ferramenta de reflexão e transformação social para a sustentabilidade no campo. Uma mudança paradigmática implica uma mudança de percepção e de valores, e isso pode orientar de maneira decisiva a sociedade para formar as gerações atuais para, não somente aceitar o modelo vigente e a incerteza do futuro, mas para gerar um pensamento complexo e aberto às indeterminações, às mudanças, à diversidade, à possibilidade de construir e reconstruir num processo contínuo de novas leituras e interpretações, configurando novas possibilidades de ação social (MORIN, 2003; CAPRA, 2003; LEFF, 2003), onde a partir da agricultura pautada na agroecologia e na produção orgânica possam vislumbrar um novo caminho. A agricultura é uma pauta universal e coletiva em uma sociedade que projeta para si e para as gerações futuras, onde o conceito de desenvolvimento rural pressupõe o equilíbrio entre diferentes dimensões: ambiental, social, econômica e cultural.

No questionário semiestruturado havia duas questões dissertativas, uma sobre a importância da AAT para os agricultores, e a outra sobre os pontos fracos, críticos, vulneráveis e as dificuldades encontradas na instalação do cultivo e comercialização dos produtos orgânicos. Algumas afirmações dos agricultores sobre a importância da AAT:

“Organização coletiva, suporte pessoal/afetivo, realização de uma feira consolidada, confiabilidade e segurança” (agricultora, 45 anos).

“É uma organização que vem fortalecendo e desenvolvendo a agricultura orgânica e ecológica, tanto com o apoio técnico, procurando o encontro e a troca entre iniciantes, produtores experientes e técnicos, quanto proporcionando pontos de comercialização já consolidados para os adeptos” (agricultor, 32 anos).

“O apoio que praticam para o pequeno e iniciante produtor, muito importante para a cidade e para a população que podem vir a feira comprar alimentos saudáveis” (agricultor, 35 anos).

“Comunidade, amigos, aprendizagem, ensino, participação no movimento pela sustentabilidade” (agricultora, 72 anos).

“Apoiar as iniciativas das famílias dos lavradores. É fundamental para a agricultura orgânica e agroecologia” (agricultor, 55 anos).

“Conscientização da importância dos orgânicos e troca de conhecimentos” (agricultor, 59 anos).

“Por conta da AAT são certificados pela ABIO, garantindo a melhor comercialização dos produtos” (agricultor, 62 anos).

Afirmações dos agricultores referentes às fragilidades e dificuldades encontradas na instalação do cultivo e comercialização dos produtos orgânicos:

“Vias de acesso; falta de apoio público à agricultura familiar” (agricultora, 45 anos).

“Particularmente me encontro com dificuldade de acesso a um crédito rural para a aquisição de uma terra, e a dificuldade geral de se adquirir uma propriedade” (agricultor, 32 anos).

“A falta de mão-de-obra para o cultivo. Água (precisa de armazenamento, caixa d'água) combate de pragas e formigas (dificuldades)” (agricultora, 36 anos).

“Deveria ter mais um ponto de venda. Cursos de capacitação. Laboratórios de análise de solo e água” (agricultora, 35 anos).

“Apoio de cursos sobre agroecologia, caldas, sementes, inimigos naturais, divulgação da feira agroecológica de Teresópolis, apoio do poder público” (agricultora, 56 anos).

“As grandes empresas que dificultam a expansão dos pequenos produtores orgânicos” (agricultor, 60 anos).

“Vejo como uma grande dificuldade a adequação do pequeno produtor e do produtor familiar às exigências das leis criadas para os grandes produtores” (agricultora, 53 anos).

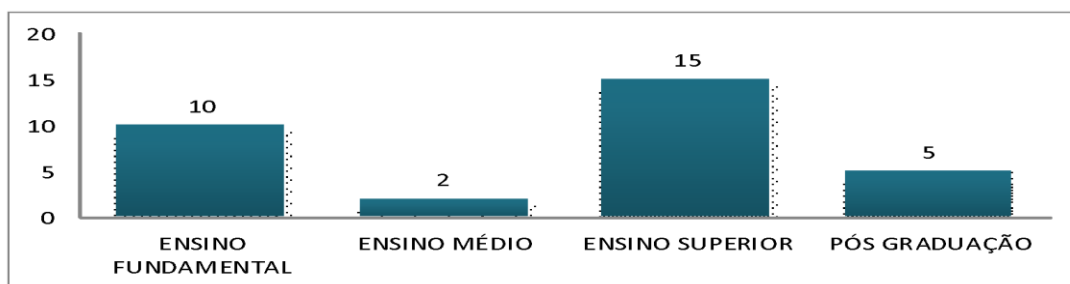
4.1.1. CATEGORIA SOCIAL

As propriedades rurais dos associados são similares no que diz respeito aos produtos cultivados. Predominantemente olerícolas, seguido de frutas e alguns grãos. A mão de obra foi declarada predominantemente familiar, com poucas exceções de unidades produtoras compartilhadas – meeiros, ou contratação de terceiros.

A escolaridade dos produtores foi investigada. As declarações dos 32 (trinta e dois) questionários que retornaram constaram: 10 (dez) declararam possuir Ensino Fundamental, 02 (dois) Ensino Médio, 16 (dezesesseis) Ensino Superior, e 04 (quatro) Pós-graduação (figura 13). A heterogeneidade dos associados ficou demonstrada nestes dados, entretanto, a diferença na instrução não aparece como um ponto excludente ou limitador na AAT.

Quanto ao gênero, participaram da pesquisa 12 mulheres e 20 homens. As políticas de formação do campo para a agroecologia apareceram na AAT.

Figura 13. Escolaridade declarada pelos associados. Heterogeneidade dos associados na instrução formal. Eixo Y – quantitativo em numeral. Eixo X – declaração do grau de instrução formal dos associados.

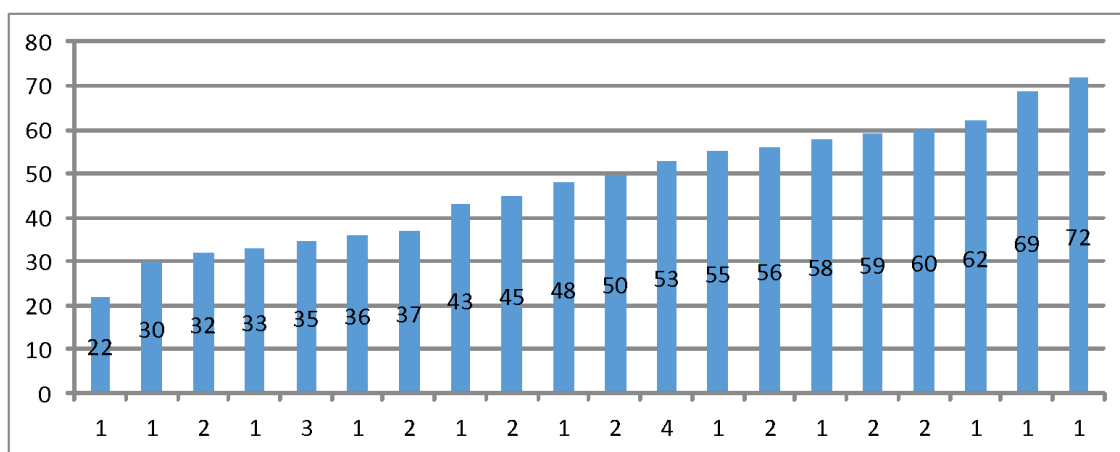


A escolaridade dos associados não reflete o cenário nacional atual dos pequenos produtores rurais brasileiros, responsáveis pela produção dos alimentos, de acordo com dados do último Censo Agropecuário, 2006.

A formação profissional declarada foi surpreendentemente diversificada e heterogênea. Os associados que participaram da pesquisa declararam como formação acadêmica e profissional: engenheiro agrônomo, engenheiro elétrico, sociólogo, psicólogo, cineasta, biólogo, artesã, advogado, empresário, agricultor, agricultora, administradora, produtora rural, pedreiro aposentado vivendo da lavoura, economista, produtor rural, médico veterinário, lavrador, internacionalista (relações internacionais), publicitária, técnico agrícola, vendedor, faxineira, feirante, produtora de processados orgânicos, apicultor, podador de árvores, músico, e, produtor de produtos orgânicos.

Apenas 1/3 dos entrevistados, 11 (onze) agricultores declaram viver exclusivamente da agricultura orgânica. A escolaridade dos produtores impõe cuidados no diálogo e nas recomendações. Alguns associados apresentaram proposições e convicções como verdades inalteradas. A faixa etária apresentou uma variação bem significativa, 22 (vinte dois) a 72 (setenta e dois) anos (Figura 14).

Figura 14. Faixa etária declarada pelos associados. Variação de 22 a 72 anos de idade. Eixo Y – idade declarada em anos. Eixo X – quantitativo dos por idade declarada.



Nas unidades produtivas, as práticas agroecológicas dos associados no seu dia a dia, destacaram-se como modo e filosofia de vida, em todos os aspectos que envolvem a complexidade da atividade agroecológica. Partindo da produção coletiva e sustentável, comercialização responsável, troca de vivências sociais e compromisso pela busca de uma alimentação saudável.

4.1.2. CATEGORIA AMBIENTAL

Nessa categoria foi realizado o diagnóstico dos anos que cada associado na atividade agrícola convencional e na agricultura orgânica. Dos 32 (trinta e dois) questionários que retornaram 02 (dois) associados informaram que não tinham prática ou vivência na agricultura, relatando que não eram agricultores e que estavam associados à AAT para comercializar seus produtos na feira. Desses dois, um informou que vende produtos processados: bolos, doces, salgados, geleias e sucos, e o outro informou que comercializa produtos orgânicos manufaturados e embalados que adquire de outros produtores e empresas.

As figuras 15 e 16 apresentam, respectivamente, o registro do tempo de experiência dos associados com as atividades de produção agrícola em geral e orgânica. Verificou-se que os 30 (trinta) agricultores entrevistados passaram por uma transição da produção agrícola convencional para orgânica. Por meio da história oral, registramos as palavras de alguns associados: “*paramos de utilizar venenos*” (Declaração dos agricultores em reunião ordinária da AAT).

Os estudos in loco nas propriedades rurais apontaram que o movimento agroecológico resiste ao agronegócio por meio da articulação de uma identidade contra hegemônica desenvolvida a partir da associação, e do engajamento com outros movimentos sociais e agentes não governamentais; construção de conhecimentos pelos próprios agricultores familiares, que se legitimam como interlocutores nas relações com órgãos públicos e mercados, refletindo em mudanças nas relações de poder.

O ambiente rural é um espaço de mudanças socioambientais para além do campo. Os produtos agrícolas ultrapassam porteiras, estradas, fronteiras territoriais e ambientais em seu conceito mais amplo e, a educação ambiental reforça a visão do ambiente em sua totalidade

colocando o homem como natureza e parte dela. Não se pode mais falar em homem e natureza, mas, em natureza e sociedade humana, e suas diferentes relações com o ambiente.

Figura 15. Declaração do tempo em anos na atividade agrícola. Eixo Y – tempo em anos. Eixo X – declaração dos associados na atividade agrícola.

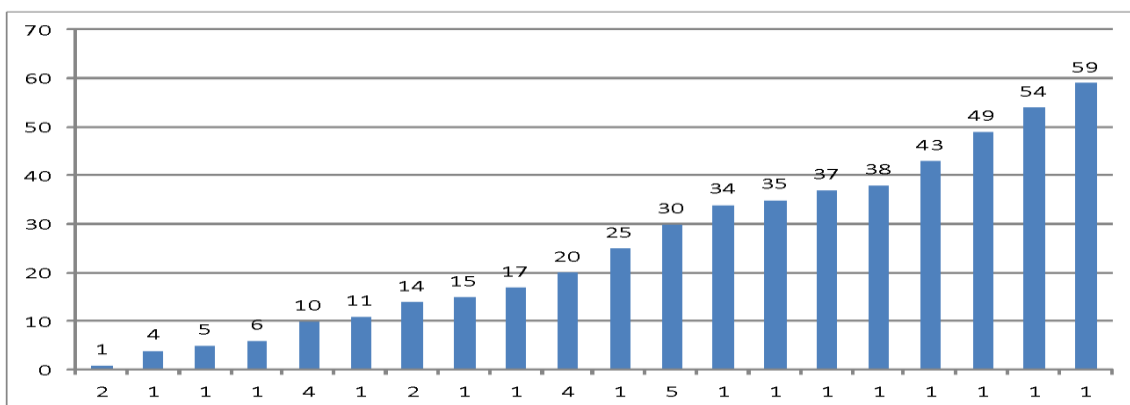
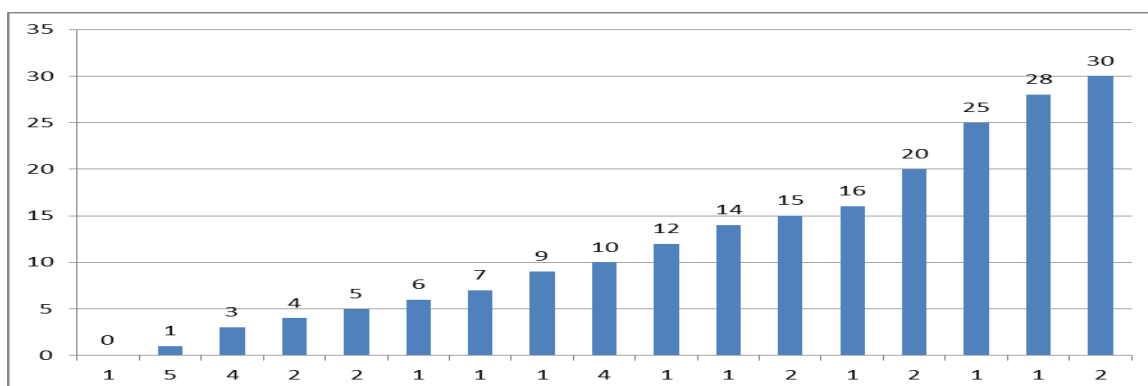


Figura 16. Declaração do tempo em anos na agricultura orgânica. Eixo Y – tempo em anos. Eixo X – declaração dos associados na agricultura orgânica.



Os agricultores afirmaram desconhecer por completo a educação ambiental, e, em especial o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar do Ministério do Meio

Ambiente (PEAAF). Sorrentino (2016) ressalta o papel da educação ambiental para a expansão da agroecologia, ressaltando que esta deve estimular e apoiar a organização de agricultores e agricultoras e contribuir para que a sociedade envolvida, os consumidores, compreendam a importância de alimentos saudáveis, do equilíbrio dos sistemas naturais, de nos contrapormos aos interesses hoje hegemônicos da nossa sociedade, de patenteamento da vida, de sementes e de espécies de uma forma geral. É necessária uma ação de contraponto a isso que é vendido como sendo a ciência redentora da humanidade. Com educação ambiental é possível as pessoas visualizarem as dificuldades que emergem e podem emergir, as disfunções dessas tecnologias e as más intenções de vendedores de soluções rápidas e simples. O papel da educação ambiental é possibilitar que haja uma reflexão crítica, contextualizada e histórica, sobre as alternativas ao agronegócio, à agricultura convencional.

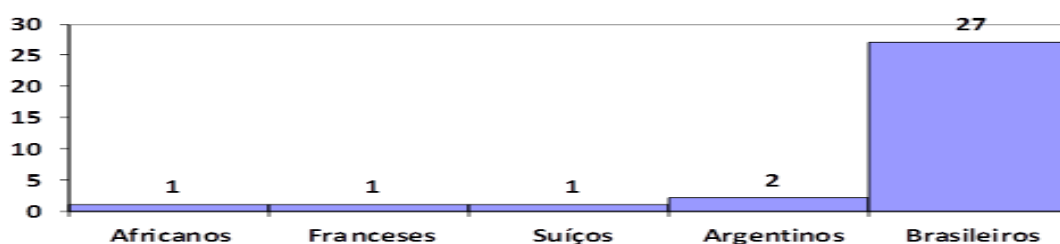
4.1.3. CATEGORIA CULTURAL

A AAT, desde sua criação, desenvolve e mantém um banco de sementes crioulas ou sementes-mães, de acordo com os agricultores, com objetivo de garantir a origem e qualidade dos produtos orgânicos. Realizam a prática da compra compartilhada de insumos, com o objetivo de garantir a procedência e compromisso das atividades agroecológicas no campo.

Utilizam também o manejo integrado de pragas (MIP) constituindo um plano de medidas voltadas contra o uso de agrotóxicos na produção, buscando promover o equilíbrio entre as plantas ao máximo no agrossistema. Nesse sentido, faz-se necessário pensar no sistema agrícola como um todo ao longo do tempo, a partir dos conhecimentos populares e locais que, integrados ao conhecimento científico, poderá transformar a realidade local, melhorando, sobretudo, a qualidade de vida das pessoas.

A origem dos associados apresentou uma diversidade geográfica e cultural. Esta diversidade foi evidenciada na feira pela maneira de processar os alimentos, nas músicas cantadas, na dança, organização das bancadas e principalmente na postura e colocações verbais durante as reuniões (Figura 17).

Figura 17. Diversidade geográfica e cultural dos associados. Eixo Y – quantitativo em numeral. Eixo X – associados e suas pátrias natal.



A diversidade cultural dos associados não os distancia, verificando-se que havia integração e muito respeito às diferenças em todas as suas formas. Isso foi evidenciado nas atividades artísticas, lúdicas e culturais durante as Feiras Agroecológicas. Verificou-se que esta diversidade estava presente, com riqueza e de forma harmônica, nas bancas para venda dos produtos, na manipulação e processamento, como também na postura em relação aos consumidores.

4.1.4. CATEGORIA ECONÔMICA

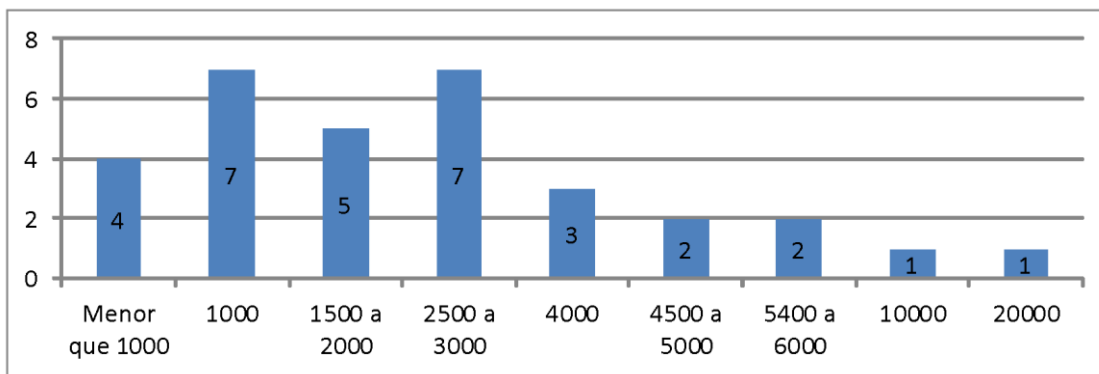
Dois produtores se recusaram a informar a área de suas unidades de produção. E, apenas um associado informou não possuir propriedade rural, pois não cultiva os alimentos, adquire de outros produtores, processa, manipula e comercializa na feira.

O coordenador geral da AAT informou que a associação ainda não participava do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nem do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Verificou-se ainda que havia desconhecimento dos associados sobre os programas e políticas públicas que a AAT poderia estar participando.

Diagnosticou-se uma heterogeneidade da renda mensal dos entrevistados. Assim, apesar de dividirem o mesmo espaço físico para comercializar os produtos, alguns deles relataram que tinham na atividade agrícola sua única fonte de renda, enquanto outros relataram possuir outra(s) fonte(s) de renda(s) fora da atividade agrícola. A renda média

mensal dos entrevistados variava de R\$500,00 (quinhentos reais) a R\$20.000,00 (vinte mil reais) (Figura 18).

Figura 18. Renda média mensal, expressa em reais, declarada pelos associados. Eixo Y – quantitativo em numeral. Eixo X – valor expresso em reais pelos associados como renda média mensal.



A AAT realizava compras coletivas de insumos agrícolas como adubos e produtos para o manejo fitossanitário, que eram decididas de modo democrático para contemplar a decisão da maioria, em reuniões, constando em atas. Essas compras incluíam também produtos e benfeitorias de uso comum nas feiras.

4.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL

O conceito de desenvolvimento com base territorial faz referência ao espaço em construção pela ação dos múltiplos atores sociais empenhados em atuações comunitárias de caráter político, sociocultural e econômico, interagindo com a base de recursos naturais como elemento de sua reprodução biológica e social. Nesse sentido, o território é visto como um espaço criado coletivamente, e mais, significa a capacidade de cooperar para o mútuo proveito, com forte relação entre desempenho institucional e comunidade cívica (PUTNAM, 1996).

Com seu início no século XIX, os movimentos ambientais e sociais na agricultura continuam em pleno movimento no século XXI na busca por agroecossistemas sustentáveis. A agroecologia que adota como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos e a conservação dos recursos naturais é uma ciência na prática.

A abordagem territorial tem apontado novas vertentes na evolução do pensamento econômico e do celebrado virtuosismo da idade de ouro do capitalismo. Estas se voltam aos princípios que regem a solidariedade e a minimização das contradições sociais e diferenças regionais, porém, com respeito às potencialidades naturais existentes, o que condiz com a essência da agroecologia (CARMO, 2008).

A agroecologia promove o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise civilizatória, mediante propostas participativas desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica. (GUZMÁN, 2006)

Os novos paradigmas do desenvolvimento rural local exigem atenção à ação social coletiva, e a necessidade de incorporar ao manejo dos recursos naturais, elementos de ordem política, social cultural, ambiental e econômica a partir da percepção dos agricultores. Leff (2008) sustenta que os movimentos sociais associados ao desenvolvimento do novo paradigma agroecológico e a práticas produtivas no meio rural não são senão parte de um movimento mais amplo e complexo, orientado em defesa da transformação do Estado e da ordem econômica dominante. Essa perspectiva adquire projeção de tecnologias resultantes do diálogo entre conhecimentos e saberes oriundos do campo científico com a construção popular.

Os processos e práticas de base agroecológica, em particular na agricultura orgânica, não devem ser resumidos como simples conjunto de alternativas à agricultura convencional, devendo ser considerados em sua real magnitude como impulsionadores para o desenvolvimento rural local e regional. Nesse sentido, Assis (2002) aponta para a possibilidade de um desenvolvimento agrícola sustentável estruturado em base local.

O desenvolvimento agrícola sustentável deve ser implementado em base local e regional porque é nessas instâncias que se pode contrapor alguma espécie de

controle social legitimamente instituído à capacidade de influência do grande capital. E ainda mais: é necessário também que estas formas de controle social estejam articuladas entre si, de modo a garantir que essas bases locais nas quais se desenvolveram preservem sua autonomia, mantendo-se a salvo do domínio do capital ou do poder instituído (ASSIS, 2002, p. 115).

Sobre o empoderamento dos produtores locais e regionais, como estratégia para o desenvolvimento rural, Assis considera que:

A adoção de sistemas agroecológicos de produção, não pode ser considerado como dependente exclusivamente da decisão do agricultor, devendo ser levado em consideração o contexto sócio-político em que o processo ocorre. Assim, a aproximação entre produtores, comerciantes e consumidores locais ao revelar interesses comuns amplia o espectro de pessoas envolvidas e comprometidas com a proposta de desenvolvimento sustentável (ASSIS, 2002, p. 116).

A Declaração de La Habana¹⁷ orienta que a agricultura orgânica pode contribuir na solução da crise alimentar e colaborar na mitigação das consequências das mudanças do clima, se esta estiver ancorada nos princípios da agroecologia, pois sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária e o restante dos marcos de relação das sociedades rurais, articulados com a dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento (rural, campesino, indígena, entre outros) portadores do potencial endógeno que permite potencializar a diversidade ambiental, social, cultural e econômica.

Essa diversidade é o ponto de partida das agriculturas alternativas, nas quais se apresentam as metodologias participativas para o desenvolvimento rural local e para estabelecer estratégias de transformação em direção a sociedades sustentáveis (GUZMÁN, 2006).

Caporal e Costabeber (2004) orientam que é o campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base

¹⁷ Documento final do VII Encontro Internacional de Agricultura Orgânica, La Habana, Cuba. Setembro, 13 a 16 de maio de 2008.

ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional de longo prazo.

Nessa perspectiva, Caporal, Costabeber e Paulus (2006) observam que outras ciências podem contribuir na construção da Agroecologia como mudança paradigmática, pois, outras ciências devem ter um referencial sustentável, observada e analisada em perspectiva multidimensional: social, ambiental, econômica, cultural, política e ética.

Essas abordagens para as questões agrárias reconhecem na diversidade cultural, ambiental, social e econômico, componentes insubstituíveis, com estratégias de metodologias participativas, enfoque interdisciplinar e horizontalidade na comunicação. Assim, as comunidades rurais, locais e regionais, são estruturantes no paradigma do processo de transição agroecológica e desenvolvimento rural.

No estudo de caso da AAT, observou-se o rigor no uso das práticas agroecológicas para o cultivo de orgânicos, onde o manejo ecológico e a conservação dos recursos naturais interagem com as ciências sociais e as ciências naturais. Os agricultores orgânicos da AAT tornaram a transição agroecológica um processo de construção de estratégias e formas de desenvolvimento rural local, conectando os saberes tradicionais com as ciências da natureza e a sociedade, agregando conteúdos e compartilhando na coletividade, como potencial de promover mudanças mais significativas em longo prazo, e contemplando as multidimensões do conceito de sustentabilidade: econômica, social, ecológica, política, cultural e ética (GUZMÁN, 2011).

As formas de produção agrícola, os conhecimentos científicos e acadêmicos dos associados da AAT, somado às trocas de saberes tradicionais por meio da oralidade na transição paradigmática da produção convencional para a orgânica, baseado na agroecologia, somado a uma postura crítica e contra hegemônica, apresentadas por meio de atitude de resistência e determinação, podem caracterizar esses agricultores como os “novos rurais” da região serrana do estado do Rio de Janeiro. Onde a corresponsabilidade no uso e manejo do solo, mantendo suas identidades como demarcação de territorialidade, foram observadas como estratégias determinantes para o desenvolvimento local.

A AAT existe há mais de uma década, e é reconhecida pelo SPG como um dos grupos de agricultores orgânicos mais organizados do estado do Rio de Janeiro, sua permanência e

reconhecimento estão além de uma filosofia de vida, em suas pautas foram registradas convicções na prática agroecológica como caminho para a agricultura orgânica nas categorias: social, econômica, ambiental e cultural. Além da grande preocupação com a saúde das pessoas em geral por meio do consumo de alimentos convencionais com agrotóxicos.

A agricultura orgânica da AAT está presente nas discussões e questões ambientais, na implementação de suas práticas e técnicas, e na conservação da natureza por meio do cuidado e respeito com os agroecossistemas.

Portanto, agricultura orgânica representa não apenas um sistema substituto do uso de insumos sintéticos, mas um conjunto de ideias e ideais que incorporam uma nova forma de ver e trabalhar o campo, buscando uma produção agrícola sustentável, que só será possível com uma organização social que resguarde a integridade dos recursos naturais, base da produção agrícola, e ao mesmo tempo propicie a harmonia entre seus membros, grupos ou associados.

Assim, requer o envolvimento de profissionais que atuem e difundam essas modificações imprescindíveis à mudança de postura, promovendo maior comprometimento do equilíbrio de produção com as dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais. Os grupos de agricultura orgânica vêm contribuindo para as discussões no âmbito da estrutura agrária como fator determinante de um novo espaço rural. Os consumidores de produtos orgânicos, ao priorizarem a saúde e bem-estar, estão conscientes de também estarem promovendo melhor qualidade de vida e saúde para os trabalhadores rurais, além de contribuir para a conservação do meio ambiente. A agricultura orgânica tem dimensões éticas, sociais e ambientais que não podem ser relegadas, principalmente quando se discute a sustentabilidade (BARROS, 2011, p. 80).

No formulário individual respondido pelos associados, não houve registros da presença, apoio, investimento técnico ou financeiro do poder público de nenhuma esfera administrativa. Ficou destacado a eficiência, eficácia e efetividade dos produtores orgânicos vinculados a AAT, como os únicos responsáveis pela dinâmica e manutenção da produção orgânica no município de Teresópolis, RJ. E, no caminho para uma agricultura sustentável, a afirmação de um agricultor orgânico da AAT nos remeteu ao lema dos trabalhadores rurais quando ocorreu a formação do Movimento dos Sem Terra (MST), na década de 1980: Terra para quem nela trabalha (OLIVEIRA, 2001),

“para a agricultura ser sustentável, o produtor tem que ser o dono da terra”
(agricultor, 36 anos).

As práticas, as falas, as posturas e posicionamentos dos agricultores orgânicos da AAT caracterizaram uma vontade e determinação de seguir num movimento local, regional, para o global, na busca da sonhada sustentabilidade no mundo rural.

A meta é que os agricultores possam vir a ser os agentes e os construtores de seu próprio desenvolvimento. E a agroecologia vem ao encontro dessa finalidade ao fornecer as ferramentas metodológicas para que a real participação da comunidade se transforme na seiva geradora para o atendimento dos anseios colocados nos projetos de desenvolvimento rural (CARMO, 2008).

A agroecologia, talvez ainda não esteja completamente revestida de uma força transformadora da realidade contemporânea, mas não restam dúvidas quanto ao seu potencial político como bandeira de luta de movimentos sociais e de segmentos expressivos da sociedade como os intelectuais, estudantes, professores e agentes mediadores do serviço público. Essa potencialidade está no campo de conhecimento aberto para transformar a base produtiva, por meio da ação social coletiva, e com isso reconstruir o curso deformado da coevolução social e ecológica da civilização contemporânea (CARMO, 2008. p.39).

A gestão territorial em bases participativas pode se tornar poderoso auxiliar no delineamento institucional, de políticas públicas e de estratégias adequadas ao desenvolvimento rural local. Seus procedimentos devem estar pautados nas condições ambientais, econômicas, na organização social, e na participação comunitária, cuja competência pode levar à consecução de um projeto de desenvolvimento apoiado em forças vivas e especificidades da base natural local, e, portanto, com maiores chances de sustentação no longo prazo (CARMO, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo está despontando para um cenário de diálogo com projetos, programas e políticas ambientais para ressignificar as práticas agrícolas, e estes são desafios impostos ao campo e as cidades frente ao paradigma de um novo modelo civilizatório. Os atores coletivos do campo reivindicam os direitos de viver e produzir com qualidade social e ambiental, defendendo um modo de produção e de cultura baseada na Agricultura Ecológica, Orgânica e Agroecológica. Uma agricultura sustentável inserida em projetos de socialização capaz de reduzir as desigualdades sociais e desigualdades na distribuição de renda dos indivíduos que constituem o campo brasileiro.

A Agricultura Orgânica vem evoluindo nos últimos anos no município de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro, o que abre uma perspectiva favorável para a resolução de mazelas ambientais, sociais e de impactos ecológicos provocados pelo outro ideário produtivo, o modelo convencional. Entretanto, a expansão desta prática produtiva se choca com a dependência do mercado consumidor, do espaço para comercialização, da aquisição de sementes ecológica e variedades locais, da necessidade de diversificação dos produtos de pequenos agricultores. Por outro lado, a falta de incentivo financeiro e efetivação das políticas públicas por parte do poder público, permite que ressaltemos o entrave na expansão da produção orgânica no estado do Rio de Janeiro.

O controle social praticado na AAT para avaliação da conformidade da produção orgânica de seus associados acontece de modo democrático e comprometido com os consumidores e sociedade em geral, deflagrado nas assembleias públicas, o que gera um processo com credibilidade reconhecida pelos consumidores. O processo de certificação dos produtos orgânicos da AAT pela ABIO-SPG-MAPA, não foi identificado como entrave na instauração e manutenção da produção orgânica, mas, como instrumento de análise e validação da conformidade dos produtos, conforme orientado e previsto nas leis e normativas, para melhoria e qualidade de vida dos agricultores e consumidores.

A organização social, voluntária e democrática na AAT é uma das bases de sustentação e estruturação de seu enraizamento enquanto grupo. Baseado no diálogo, discurso e prática agroecológicas dos produtores orgânicos associados à AAT, aponta-se que a

agroecologia, vai muito além da dimensão produtiva, agregando forte posicionamento político e filosófico. Os associados da AAT por meio de suas unidades produtivas produzem e comercializam alimentos orgânicos em bases agroecológicas.

Apesar de ter se iniciado no Brasil na década de 1970, com os primeiros marcos legais nos anos de 1990, a agricultura orgânica investigada no município de Teresópolis, RJ, junto aos produtores associados à AAT, se configura como uma forma de vida, numa vontade individual, dentro de um processo coletivo, sem apoio financeiro ou incentivo do poder público. Entretanto, sua atividade no mundo rural, em especial na produção orgânica do estado do Rio de Janeiro, influencia no território onde está localizada no município de Teresópolis, como também dos municípios de entorno.

Por definição, um agroecossistema é um ecossistema cuja estrutura e funcionamentos são modificados pelo homem, sendo assim, o homem se converte em parte da definição de agroecossistema, a presença humana está presente no planeta em todas as suas formas e expressões, principalmente na agricultura. Então, entender o comportamento do sistema como um todo em qualquer análise ecológica de um sistema agrícola é tão importante como examinar a estrutura e dinâmica das partes. Assim, uma produção agrícola para o desenvolvimento rural local, poderá caminhar em paralelo à construção de sociedades sustentáveis, e que este seja um caminho sem curvas para uma mudança não só no mundo rural, mas, para a sociedade atual.

As análises e reflexões dos dados coletados consideraram que, apesar do desconhecimento dos agricultores sobre os programas e políticas públicas vigentes no Brasil para a agricultura orgânica, e sem receber nenhum apoio governamental, os associados são predominantemente donos de suas terras, instruídos, organizados, atuam no SPG em conformidade com a produção orgânica, e suas práticas agroecológicas são participativas.

O objetivo inicial foi acrescido durante o processo da pesquisa devido a metodologia utilizada, no que tange à participação e disponibilidade dos produtores da agricultura orgânica, suas políticas, regimentos internos e determinações individuais num processo coletivo de associação rural. A pesquisa com estes humanos iluminou a possibilidade de mudanças de paradigmas no campo por meio do controle social nas sociedades capitalistas.

Concluimos que a AAT contribui para os processos de desenvolvimento rural local.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, V. S; CARNEIRO, F. F; VILELA, N. J. **Agrotóxicos em Hortaliças: Segurança Alimentar e Nutricionais riscos socioambientais e políticas públicas para a promoção da saúde**. Tempus Actas de Saúde Coletiva. Vol.4, p.84-99, 2009.

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C.I. Un método agroecológico rápido para la evaluación de la sostenibilidad de cafetales. **Manejo Integrado de Plagas y Agroecología**. Costa Rica, v.64, p. 17-24, 2002.

_____, Miguel (org.). **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592 p.

ANVISA & UFPR. **Seminário de mercado de agrotóxico e regulação**. ANVISA, Brasília, 11 abril de 2012.

ANVISA. **Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxico em Alimentos (PARA)**, dados da coleta e análise de alimentos de 2010, ANVISA, dezembro de 2011. Disponível em www.anvisa.gov.br. Acessado em 21dez2016.

ARDOINO, J. Abordagem Multirreferencial (Plural) das Situações Educativas e Formativas. In; BARBOSA, J. G. (Org.). **Multirreferencialidade nas Ciências e na Educação**. São Carlos: Editora UFSCAR. 1998.

ASSIS, R. L. de. Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas. 2002. 150 p. **Tese (Doutorado em Economia Aplicada)**, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BARBOSA, Wesley de Freitas & SOUSA, Eliane Pinheiro de. Agricultura orgânica no Brasil: características e desafios. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**. Seção: Tecnologia & Inovação. Volume 8, Número 4, p. 67-74, out/dez 2012.

BARROS, Regina Cohen. Sustentabilidade na Agricultura e Geografia Agrária: O Contexto da Agricultura Orgânica no Rio de Janeiro. Espaço Aberto, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. PPGG - UFRJ, V. 1, N.1, p. 63-87, 2011.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BELLON, S.; LAMINE, C; OLLIVIER, G.; ABREU, L. S. The relationships between organic farming and agroecology. In: ISOFAR - **INTERNATIONAL SOCIETY OF ORGANIC AGRICULTURE RESEARCH, 2011. Anais...** Gyeonggi Paldang (Coreia), 2011.

BERNARDES, L. M. C. Nova Friburgo: uma cidade serrana fluminense. In: **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros** (09-43), 1958.

BOMBARDI, L.M. A intoxicação por agrotóxicos no Brasil e a violação dos direitos humanos. In: Merlino, T; Mendonça, ML. (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2011: Relatório.** São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011, p. 71-82.

BORSATT, Ricardo Serra & CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Vol.51, No. 04, Brasília, out./dez. 2013.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa-participar.** In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa Participante. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 9-16.

BRASIL. **Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989.** Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Brasília, 1989.

_____. **Portaria nº 1.428, de 26 de novembro de 1993.** Aprova o Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos, as Diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e Prestação de Serviços na Área de Alimentos e Regulamento. Brasília: Presidência da República, 1977.

_____. **Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003,** que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasil. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Brasília: Presidência da república, 1977.

_____. Conmetro. **Resolução nº 04. de 16 de dezembro de 1998.** Aprova o documento “Diretrizes para a Emissão de Declaração do Fornecedor e para a marcação dos produtos”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1998.

_____. **Lei nº 8.078, de setembro de 1990.** Código de Defesa do Consumidor. Brasil. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Portaria nº 505, de 16 de outubro de 1998. Estabelece as normas de produção, envase, distribuição, identificação e de certificação de qualidade para produtos orgânicos de origem animal e vegetal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1998a.

_____. **Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.** Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial, 27 jan. 1999.

_____. **Lei no. 9.795 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____. **Decreto Lei nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2007.

_____. **Instrução Normativa nº 54 de 22 de outubro de 2008.** Regulamenta a estrutura, composição e atribuições das Comissões da Produção Orgânica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 23 out. 2008a. Seção 1, p. 36-37.

_____. **Instrução Normativa n. 64 de 18 de dezembro de 2008.** Aprova o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal e as listas de substâncias permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção animal e vegetal. Brasília, 19 dez. 2008b. Seção 1, p.21-26.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa Conjunta nº 17 de 28 de maio de 2009.** Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico. Brasília, DF, nº101, 29 maio 2009a. Seção 1, p. 14-15.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 19 de 28 de maio de 2009.** Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade

orgânica e aprova os formulários oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, DF, nº. 101, 29 maio 2009B. Seção 1, p. 16-26.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mapa. **Instrução Normativa Mapa nº 16, de 11 de junho de 2004**, sobre a regulamentação e outras providências.

_____. **Agenda 21 Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Decreto de 03 de fevereiro de 2004.

_____. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 2006.

_____. **Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar**. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 169, de 23 de maio de 2012.

_____. **Relatório: Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado do Rio de Janeiro**. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Brasília, 2012.

_____. **Avaliação ambiental para registro de agrotóxicos, seus componentes e afins no uso agrícola**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Ministério do Meio Ambiente. Publicado em 08 de novembro de 2016. Brasília, 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

_____, Francisco Roberto & COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

_____, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009. 30 p.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2003.

CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia: novos caminhos para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**. São Paulo. Dezembro de 2008.

CARVALHO, Carolina Delgado de. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Resumos do V CBA- Sociedade e Natureza. Vol.2, No. 2. out. 2007

CASSAL et al. Agrotóxicos: uma revisão de suas consequências para a saúde pública. Vivian Brusius Cassal, Letícia Fátima de Azevedo, Roger Prestes Ferreira, Danúbio Gonçalves da Silva, Rogers Silva Simão. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU -Campus Bagé, RS, Brasil. Revista do Centro das Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental** – REGET e-ISSN 2236 1170 - V. 18 n. 1 abr. 2014, p.437-445.

CIDE. **Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro**. Disponível em <http://www.cide.rj.gov.br>. Acesso: maio de 2015.

COSTABEBER, J. A. Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. Córdoba, 1998. 422p. (**Tese de Doutorado**) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e História. ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

DARNHOFER, I.; LINDENTHAL, T.; BARTEL-KRATOCHVIL, R.; ZOLLITSCH, W. Conventionalisation of organic farming practices: from structural criteria towards an assessment based on organic principles. **A review. Agronomy for Sustainable Development**, v. 30, p. 67-81, 2010.

DAROLT, M.R. As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades. In: Darolt, M.R. **Agricultura Orgânica: inventando o futuro**. Londrina: IAPAR, 2002.

DEPONTI, C. M., ECKERT, C., et al. Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.4, p. 44-52. out/dez 2002.

Dossiê ABRASCO – **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. Carneiro, F. F.; Pignati, W.; Rigotto, R, M.; Augusto, L. G. S.; Rizzolo, A.; Faria, N. M. X.; Alexandre, V. P.; Friedrich, K.; Mello, M. S. C. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. 88p.

DOVER, Michael J.; TALBOT, Lee M. **Paradigmas e princípios ecológicos para a agricultura**. Tradução Lourdes M. Grzybowski. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992. 42 p.

EHLERS, Eduardo. Agricultura Alternativa: uma perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Agropecuária**, ano 01, n.01, p.24-37, 2000.

FAO. The State of Food and Agriculture. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. Rome, 2008.

FAO. The State of Food and Agriculture. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. Rome, 2016.

GALVÃO, M. C. C. “A propósito do espaço agrário e suas articulações com a economia urbano-industrial”. **Anuário do Instituto de Geociências**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 48-65 p., 1986.

GODARD, Oliver. **Environnement Soutenable et Développement Durable: Le modèle néo-classique en question**. Paris: Environnement et société 91- CIRED, 1991.

GUTHMAN, J. Raising organic: An agro-ecological assessment of grower practices in California. **Agriculture and Human Values**, v. 17, p. 257-266, 2000.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **La Agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. Capturado em nov. 2006. Disponível na internet. <http://www.agroeco.org/brasil/material/EduardoSevillaGuzman.pdf>.

_____, Eduardo Sevilla. **Sobre los orígenes da la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. La Paz, Bolivia: AGRUCO/Plural Editores/CDE/NCCR, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa e Ciências Sociais**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record. 1999. 107 p.

HOWARD, Albert Sir. **Um testamento agrícola**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IFOAM. **General Assembly em Mar Del Plata**. Argentina, nov. 1998.

LAMARCHE, Hughes (Coord). Agricultura Familiar: comparação internacional. Vol I. **Uma realidade multiforme**. Campinas: UNICAMP. 1993.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. Mapeando as macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In: VI Encontro Pesquisa em Educação

Ambiental, 2011, Ribeirão Preto. **VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: a pesquisa em educação ambiental e a pós-graduação**. Ribeirão Preto: USP, 2011. v. 0. p. 01-15.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (Org.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 6ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOVELOCK, James. Gaia - um modelo para a dinâmica planetária e celular. In: MALUF, Renato S. In: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Organizadores: Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani. Curitiba: Kairós, 2013. 393 p.

MALUF, Renato S. A agricultura e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional: entraves e desafios. In: MIELETZ, Carlos (org). **Desenvolvimento Agrícola e Questão Agrária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013

MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Revisitando o Território Fluminense**. 1. ed. Rio de Janeiro/RJ: NEGEF, 2003. 252p. p. 149-168.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A Dialética do Trabalho**. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2004.

MATTAR, N. J. A. **Metodologia Científica na Era da Informática**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas/SP; Boitempo, 2002.

MORIN, E. et al. **Educar na era planetária**. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, R.D.; OLIVEIRA, M.D. **Pesquisa social educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la**. In: BRANDÃO, C.R. (org). Pesquisa participante. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982. p. 17-33.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, 15. 43p. 2001.

OLIVEIRA, R. A. et al. **Produção Orgânica de Citros no Rio Grande do Sul**. EMBRAPA. Brasil, 2011. ISSN 1806-9207.

ORMOND, J. G. P.; PAULA, S. R. L.; FAVARET FILHO, P.; ROCHA, L. T. M. **Agricultura Orgânica**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: 1996. FGV, 206 p.

RAYNAUT, Claude & ZANONI, Magda. **La Construction de l'interdisciplinarité en Formation intégrée de l'environnement et du Développement**. Paris: UNESCO, 1993.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais In: CASTRO, E; PINTON, E. (Orgs.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup/UFPA/NAEA, 1997.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. 207p.

SARANDON, S. J. Educación y formación en agroecología: una necesidad impostergable para un desarrollo rural sustentable. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 2.; CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, Curitiba, 2009. Anais. Curitiba, 2009.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. **Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España**. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (ed.). El campo y la ciudad. Madrid: MAPA, 1996. p.153-197. (Serie Estudios)

THOMPSON, William Irwin. (org.) **Gaia: uma teoria do conhecimento**. São Paulo: Gaia, p.77-90, 2001.

THRUPP, L.A. **Growing organic wine grapes: an introductory handbook for grower**. 1.ed. Hopland: Fetzer Vineyards, 2003.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética**, ed. Civilização Brasileira, 14ª edição. 1993.

VEIGA, J.E. da. A agricultura no mundo moderno: Diagnóstico e Perspectivas. In: **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

7. ANEXOS

ANEXO I – Parecer da Comissão de Ética da UFRRJ para pesquisa com humanos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / COMEP

Protocolo Nº 690/2015

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado "*Desenvolvimento rural sustentável: verdades e incertezas da agricultura orgânica no município de Teresópolis - RJ*" sob a responsabilidade do Prof. Acácio Geraldo de Carvalho, do Departamento de Produtos Florestais, do Instituto de Florestas, processo 23083.009381/2015-18, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 11/12/2015.

Prof. Dr. Jairo Pinheiro da Silva
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

Jairo Pinheiro da Silva
Pró-Reitor Adjunto de
Pesquisa e Pós-Graduação
Metr. SIAPE 1108555
UFRRJ

ANEXO II - Termo de Consentimento prévio informado aos participantes da pesquisa.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Projeto de Pesquisa: Agroecologia e agricultura orgânica no desenvolvimento rural local:
estudo de caso na associação agroecológica de Teresópolis, RJ.

Equipe de pesquisadores: Prof. Dr. Acácio Geraldo de Carvalho – Orientador; Profa. Dra. Eliane Maria Ribeiro da Silva – Coorientadora; Prof. Dr. Renato Linhares de Assis – Coorientador e Deise Keller Cavalcante – Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Florestais da UFRRJ.

O estudo ao qual você está prestes a participar é parte integrante da pesquisa de campo sobre as práticas ambientais, sociais, culturais e econômicas aplicadas na produção orgânica e/ou agroecológica dos agricultores vinculados à Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), município do estado do Rio de Janeiro, e se, esta produção agrícola contribui para o desenvolvimento rural sustentável da região serrana do referido estado. Ressaltamos que as informações disponibilizadas não visam nenhum benefício econômico para os pesquisadores ou qualquer outra pessoa ou instituição. O estudo faz parte do projeto de tese (doutorado) da estudante Deise Keller Cavalcante. Esta metodologia de estudo se utiliza de questionários, rodas de conversa e entrevistas específicas com alguns pontos focais, bem como observações diretas e participantes, sem risco de causar prejuízos ou constrangimentos aos participantes. Todos os dados coletados serão organizados de modo a proteger sua identidade. Concluído o estudo, não haverá como relacionar suas identidades com as informações fornecidas. As informações e resultados do presente estudo serão disponibilizadas quando a tese for concluída. Você terá total liberdade para se retirar do estudo de pesquisa a qualquer momento. Concordando em participar, assine seu nome abaixo, reconhecendo que leu e compreendeu a natureza do estudo e que todas as suas dúvidas foram esclarecidas. A seguir responda a entrevista que acompanha este termo.

Nome completo do participante:

Assinatura do participante ou impressão dactiloscópica:

Local e data: _____, ____/____/____

Assinatura do(s) pesquisador (es): _____

Assinatura da(s) testemunha(s): _____

ANEXO III - Formulário de Pesquisa, questionário para os membros da Associação Agroecológica de Teresópolis-RJ.

Formulário de Pesquisa - Metodologia: Questionário

Data de preenchimento do questionário: ____/____/____. Horário: _____

1. Idade: _____

2. Local de nascimento: _____

3. Município que reside: _____

4. Sexo: Masculino () Feminino ()

5. Idade: _____

6. Profissão: _____

7. Renda bruta mensal: _____

8. Sua origem: () Urbano () Rural

9. Quantas pessoas residem em sua propriedade?

10. Qual é a área da propriedade?

11. Você vive:
() Sozinho () Com companheiro(a)
() Com filhos () Com companheiro(a) e filhos

12. Sua escolaridade:

Ensino Fundamental incompleto Ensino Fundamental completo

Ensino Médio incompleto Ensino Médio completo

Ensino Superior incompleto Ensino Médio completo

Graduado(a) em: _____

Pós-graduação

13. Você é associado na AAT? Sim Não

14. Há quanto tempo cultiva produtos orgânicos? Destacar meses ou anos.

15. Utiliza algum produto químico em seu cultivo? Sim Não

16. Utiliza adubação verde? Sim Não

17. Já cultivou produtos transgênicos? Sim Não

18. Cultiva/produz em propriedade própria? Sim Não

19. Cultiva/produz em propriedade de terceiros? Sim Não

20. Como você prepara o solo antes do plantio?

Manual Por animal Por Máquina

21. Pratica alguma forma de cultivo em sistema alternativo?

Sim. Se sim, qual? _____

Não

22. Utiliza práticas de conservação no cultivo? Sim Não

23. Se respondeu sim na pergunta anterior, responda: Com as práticas de conservação você priorizar quais recursos?

Flora Fauna Solo Água

24. Qual o destino de sua produção?

25. Todos os seus produtos cultivados são comercializados? Sim Não

26. Há outros beneficiários pelos produtos não comercializados?

Sim. Se sim, quem? _____

Não

27. Há quanto tempo está na prática agrícola?

28. A agricultura é a única fonte de renda da família? Sim Não

29. Além de você, há participação de outros como mão-de-obra em suas atividades agrícolas?

Sim. Se sim, quem? _____

Não

30. Você recebe apoio de alguma instituição governamental ou não governamental?

Sim. Se sim, de quem? _____

Não

31. Cultiva em áreas do entorno do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, ou no entorno de alguma outra unidade de conservação ambiental? Sim Não

32. Você produz, ou já produziu, em área de Unidade de Conservação?

Sim Não

33. Sua produção é toda destinada à comercialização, ou destina uma parcela para consumo próprio?

34. Quais produtos agrícolas você cultiva?

35. Cria e/ou comercializa animais? () Sim () Não

36. O que o levou a produzir alimentos orgânicos?

() filosofia de vida

() valor agregado ao produto

() outro fator. Qual? _____

37. Já recebeu alguma capacitação sobre o cultivo de produtos orgânicos?

() Sim

() Não

38. Já recebeu alguma capacitação sobre Educação Ambiental?

() Sim. De quem? _____

() Não

39. Já participou ou recebeu alguma capacitação em agroecologia?

() Sim. De quem? _____

() Não

40. Já ouviu falar ou conhece o PEAAF – Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar?

() Sim. Onde? _____

() Não

41. Você utiliza alguma estratégia ou método que auxilie no acompanhamento ou monitoramento da sustentabilidade em sua unidade de produção?

Sim. Se sim, qual você aplica _____

Não

42. Em sua opinião, quais características definem um agroecossistema como sustentável?

diversidade

equidade

resiliência

autonomia

outros. _____

43. Já recebeu ou recebe algum apoio financeiro para sua produção agrícola?

Sim. De quem? _____

Não

44. Você utiliza crédito agrícola? Sim. Não

45. Qual a importância da AAT?

46. Você recebe apoio do poder público?

Sim. Qual apoio? _____

Não

47. Relacione os pontos fracos, críticos, vulneráveis e as dificuldades encontradas na instalação do cultivo e comercialização dos produtos orgânicos.

Agradecemos!

ANEXO IV – SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA - FICHA DE ADESAO INDIVIDUAL - PESSOA FISICA. Frente e Verso.



SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA
FICHA DE ADESAO INDIVIDUAL – PESSOA FÍSICA

MEMBRO FORNECEDOR () MEMBRO COLABORADOR ()

NOME: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ PROFISSÃO: _____

NACIONALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____
_____ CEP: _____

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: _____
_____ CEP: _____

TELEFONES: _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: Tipo: Carteira de Identidade () Carteira de Motorista ()
Outro () Número: _____

Órgão expedidor: _____ Data da expedição: _____

CPF: _____

Nome mulher/marido: _____

Nome filhos (ano de nascimento) _____

PARA MEMBROS FORNECEDORES (inscrição Estadual) _____

AGRICULTOR FAMILIAR: sim (), não (), DAP N°: _____

NOME DA UNIDADE DE PRODUÇÃO: _____

LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO: Endereço: _____

Localidade: _____ CEP: _____

Município: _____ Estado: _____

ÁREA TOTAL DA UNIDADE DE PRODUÇÃO: _____ ha, FLORESTA: _____ ha.

ÁREA PLANTADA SOB MANEJO ORGÂNICO: _____ SOB MANEJO CONVENCIONAL: _____

RESERVA LEGAL DEFINIDA: _____ ha, CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR): _____

ATIVIDADES PRODUTIVAS:

- Produção Primária Vegetal ()
- Produção Primária Animal ()
- Processamento de Produtos de Origem Vegetal ()
- Processamento de Produtos de Origem Animal ()
- Comercialização ()

PRODUTOS PRINCIPAIS: _____

Declaro estudar os regulamentos técnicos da produção orgânica (Lei Nº 10.831/23.12.03, Decreto 6.323/27.12.07, IN 18/ 28.5.09, IN 19/28.5.09, IN 38/2.8.11, IN 46/6.10.11, IN 56), o Estatuto da ABIO, o Regimento Interno do SPG-ABIO, o Manual de Procedimentos Operacionais do SPG-ABIO, o Caderno técnico da Produção orgânica e atender as regras de funcionamento do Sistema Participativo de Garantia da ABIO .

Declaro estar interessado em aderir ao Sistema Participativo de Garantia da ABIO (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro) e da Associação Agroecológica de Teresópolis.

LOCAL E DATA: _____

ASSINATURA: _____

11/14

ANEXO V – Acordo de funcionamento do grupo SPG-ABIO da Associação Agroecológica Teresópolis – AAT. (revisado em 12/2015)



**ACORDO DE FUNCIONAMENTO DO GRUPO SPG-ABIO
DA ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TERESÓPOLIS (revi 12/2015)**

1) Histórico: No dia 21 de julho 2010 a AAT entrou no **SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA (SPG)** da **ABIO** (Associação de Produtores Biológicos do Estado de Rio de Janeiro).

2) O sistema SPG é um dos 3 mecanismos de garantia na produção orgânica que integram o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg /MAPA), previsto no **Decreto nº 6.323/27.12.2007**, que regulamenta a **Lei nº 10.831** sobre a agricultura orgânica. São os seguintes: A) o SPG, B) a Certificação por Auditoria e C) o Controle Social para a Venda Direta sem Certificação.

O nosso SPG é composto pelos **Associados da AAT** (fornecedores e colaboradores) e pela **ABIO**, o **Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade** (o **OPAC**), que é a pessoa jurídica que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas por nós perante o **Ministério de Agricultura**. O SPG caracteriza-se pelo **controle social**, pela **participação ativa** e pela **responsabilidade de todos os associados** pelo cumprimento dos regulamentos da produção agroecológica/orgânica.

O **controle social** é estabelecido pela participação direta dos associados, fornecedores e colaboradores, que desenvolvem e dinamizam ações coletivas de avaliação da conformidade dos fornecedores em relação à regulamentação da produção orgânica.

A **participação ativa** refere-se à efetiva atuação dos associados nas ações do SPG, e ao poder compartilhado nas tomadas de decisões.

A **responsabilidade dos associados** caracteriza-se pelo compromisso pela garantia da qualidade orgânica resultante do processo de produção.

O SPG-AAT é membro associado da ABIO. Todos os associados do SPG-AAT são automaticamente membros da ABIO.

3) Os membros do sistema SPG são pessoas físicas ou jurídicas que se classificam em duas categorias: **fornecedores e colaboradores**. Os fornecedores são os produtores, processadores, distribuidores, transportadores, armazenadores e comercializadores. Os colaboradores são os consumidores e suas organizações.

Os fornecedores devem solicitar a avaliação de conformidade de seus produtos, fornecer todas as informações necessárias, contribuir para a geração de credibilidade, providenciar a correção das não-conformidades e garantir que os seus produtos e os do grupo estejam de acordo com os regulamentos da produção orgânica.

As obrigações dos membros fornecedores são de participar das visitas e das reuniões e de pagar as mensalidades.

Os colaboradores devem por meio da sua participação ativa contribuir com a geração de credibilidade no Sistema Participativo de Garantia – SPG.

- 4) **Subgrupos regionais:** os membros fornecedores do grupo SPG-AAT são divididos em subgrupos regionais de no máximo doze (12) unidades de produção, para poder organizar um rodízio de visita-reunião mensal nas unidades, visitando cada unidade uma vez ao ano. Atualmente são quatro (4) subgrupos de produção vegetal e animal e um subgrupo de produção de alimentos processados:

Subgrupo 1 de Pessegueiros até antes de Ponte Nova,

subgrupo 2 de Ponte Nova até Sapucaia,

subgrupo 3 do Centro da cidade até Canoas,

subgrupo 4 de Vargem Grande até Vieira,

subgrupo 5 de processados.

Cada subgrupo elege anualmente um representante e um suplente. O representante tem o papel de organizar as visitas-reuniões do subgrupo. Isso inclui comunicar a data e o local, providenciar os documentos necessários, organizar a reunião (pauta e ata), encaminhar a ata da reunião e os documentos da visita para a coordenação administrativa. Ele também é responsável pelo recolhimento da mensalidade da AAT e do SPG e pelo encaminhamento para o tesoureiro da associação.

O papel do suplente é de auxiliar o representante quando for necessário.

- 5) **A verificação da conformidade:** O SPG tem como forte característica a combinação de Visita de Verificação com a promoção de troca de experiências entre os participantes, e o assessoramento aos fornecedores para solução de possíveis problemas e para o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos. As visitas de verificação são realizadas pelos Subgrupos regionais que agem como Comissões de Avaliação. As comissões precisam ter livre acesso às instalações, registros e documentos da Unidade de

Produção. O subgrupo preenche o **Documento Único de Avaliação de Conformidade (DUAC)** e avalia a conformidade do **Plano de Manejo Orgânico** apresentado pelo produtor. A comissão apresentará o relatório da visita na próxima reunião bi-mensal ao grupo, que concordando, assinará o documento para enviar à ABIO/MAPA. O produtor mantém a sua lista de produtos (Anexo I do certificado) atualizado, informando a coordenação das atualizações

- 6) As Visitas-Reuniões dos Subgrupos:** Cada Unidade de Produção (UP) recebe no mínimo uma Visita de Verificação por ano, seguida de uma reunião do subgrupo. Esta visita acontece quatro meses antes do fim do seu certificado, registrada no plano geral do grupo. Este plano geral é realizado anualmente pela coordenação administrativa e repassado para os representantes dos subgrupos. As datas de visitas são marcadas pelos subgrupos de acordo com o plano geral. As mudanças do plano são comunicadas para a coordenação administrativa.
- Se um membro do subgrupo não puder participar da visita-reunião, este se compromete de justificar sua ausência para o representante do subgrupo. Faltar duas reuniões consecutivas sem justificativa aceita será considerado falta grave, recebendo uma advertência por escrito. A terceira ausência sem justificativa aceita, no período de um ano, dará motivo à exclusão da associação e perda do certificado.
- 7) As Reuniões do Grupo:** Vão se intercalando as reuniões bi-mensais da AAT e as reuniões bi-mensais da coordenação e representantes dos subgrupos. As duas acontecem na sede da associação, com início previsto as 14h. As reuniões da AAT são obrigatórias para todos os associados fornecedores. A ausência sempre deve ser justificada comunicando com antecedência ao coordenador e registrada na ata. Faltar duas reuniões consecutivas sem justificativa aceita será considerado falta grave, recebendo uma advertência por escrito. A terceira ausência sem justificativa aceita, no período de um ano, dará motivo à exclusão da associação e perda do certificado. As reuniões da coordenação e representantes dos subgrupos são abertas para todos sem obrigatoriedade para quem não é coordenador ou representante de subgrupo.
- 8) Candidatos:** Interessados procurem contato com um dos coordenadores ou representante do subgrupo de sua região. No caso de comum interesse, combina-se uma Visita Prévia na sua

unidade de produção para avaliar o cumprimento das condições básicas de uma produção orgânica.

- 9) **Ficha de Adesão:** Para iniciar a sua participação deve-se preencher a Ficha de adesão ABIO-SPG-AAT.
- 10) **Mensalidade:** A mensalidade de R\$ 20,00/escopo para o SPG e R\$ 25,00 para a AAT paga-se sempre até o final do mês *para o representante do subgrupo*. Pagamento atrasado paga multa de R\$ 10,00/mês atrasado. A coordenação pode eventualmente acordar uma isenção da mensalidade para um associado com dificuldade financeira.
- 11) **O Certificado e o seu uso:** ABIO, concordando com o relatório da visita de avaliação, emitirá o **CERTIFICADO DE CONFORMIDADE ORGÂNICA DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA – SPG**. O certificado tem validade de um (1) ano. Para a venda dos seus produtos na categoria de “orgânicos”, é necessário que o certificado esteja sempre atualizado.
- 12) **Afastamento de um associado:** Em caso de afastamento do associado, este deverá solicitar uma licença para o representante do seu subgrupo, indicando o tempo de afastamento. Neste período, o associado se isenta de pagar as mensalidades e a certificação fica suspensa.
- 13) **Documentos para estudo:** Lei nº 10.831/23.12.03 (a lei dos orgânicos); Decreto nº 6.323/27.12.07; Instrução Normativa nº 18/28.5.09; IN nº 19/28.5.09; IN nº 46/6.10.11; IN nº 50/5.11.09; 1º Caderno SPG com estatuto ABIO e REGIMENTO INTERNO DO SPG-ABIO,(jan.2011); 2º Caderno Regulamentos Técnicos da produção orgânica, com princípios da agricultura orgânica, comercialização e rotulagem, e lista de produtos permitidos (out. 2011); Estatuto AAT; Acordo de Funcionamento do SPG-AAT, 12/ 2015.

Assinaturas dos associados: